



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL**

VIVALDO LUIS DE FRANÇA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO MUNICÍPIO
DE PILÕEZINHOS-PB**

GUARABIRA – PB
2012

VIVALDO LUIS DE FRANÇA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO MUNICÍPIO
DE PILÕEZINHOS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. Ernesto Alexandre Tacconi Neto

GUARABIRA – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F814p

França, Vivaldo Luis de

Políticas públicas e desenvolvimento: o caso do assentamento rural amarelinha de Cima no Município de Pilõezinhos / Vivaldo Luis de França. – Guarabira: UEPB, 2012.

75f.:il.; Color.

Monografia (Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Ernesto Alexandre Tacconi Neto”.

1. Reforma Agrária 2. Políticas Públicas
3. Assentamento Rural I. Título.

22.ed. CDD 333.31

VIVALDO LUIS DE FRANÇA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO
MUNICÍPIO DE PILÓEZINHOS-PB**

Monografia apresentada ao Curso
de Especialização em Geografia e
Território: planejamento urbano, rural e
ambiental da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19/06/2012.

Ernesto Tacconi Neto

Prof Ms Ernesto Alexandre Tacconi Neto/IFRN
Orientador

Rejane Pontes Soares

Ext. Ms. Rejane Pontes Soares / EMATER-PB
Examinadora

Prof Ms Francisco Fábio Dantas da Costa/ UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Á Minha mãe, Maria Félix da Silva, meus irmãos: José Luis, Aluizio, Maria das Graças, Maria Odaíza, Severino, Marcelo, Cristiane e Maria José (TATE). À minha esposa Edenize Macedo e aos meus filhos Vivaldo Vitor e Vanessa Macedo, e àqueles que de uma forma ou de outra lutam para que as Políticas Públicas nesse País funcionem de maneira a atender os anseios da população brasileira.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Luciene Arruda, coordenadora do curso de Especialização, por ter acreditado que eu seria capaz de desempenhar o meu papel no curso e pelo seu empenho para que tudo isso pudesse acontecer.

Ao colega e irmão, Prof Ms. Ernesto Alexandre Tacconi Neto, disponibilidade em contribuir mais uma vez para o meu fortalecimento intelectual e acadêmico.

Aos colegas de trabalho Inocêncio Nóbrega, Pedro Vieira, José Pereira da Silva, Josemar Vieira e José Alexandre M. da Fonseca pelas vezes em que se encarregaram de minhas tarefas para eu que pudesse participar das aulas de campo.

Ao meu pai José Luis de França e a minha mãe Maria Félix da Silva, pelas vezes em que me incentivaram a correr atrás de meus objetivos, e, pela forma que ela adotou para conduzir a minha formação pessoal.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Carlos Belarmino e Belarmino Mariano que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Percinaldo Toscano e Tânia Maria, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos assentados de Amarelinha de Cima, que sempre me receberam com muito zelo e atenção, participando da pesquisa de forma muito satisfatória.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

E a Deus, por mais uma etapa vencida em minha vida sempre com bênçãos derramadas sobre mim.

Muito obrigado!

FRANÇA, Vivaldo Luis de. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB. (Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental da Universidade Estadual da Paraíba), Guarabira, 2012.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Ms. Ernesto Alexandre Tacconi Neto/IFRN

Ext. Ms. Rejane Pontes Soares / EMATER-PB

Profª Ms Francisco Fábio Dantas da Costa/ UEPB

R E S U M O

As políticas públicas ganharam destaque nos debates acadêmicos à década de 1930, quando as discussões em torno da temática foram ampliadas pelos estudiosos. Os estudos em torno do tema trouxeram avanços para a criação de novas políticas de desenvolvimento, sobretudo, as políticas setoriais, as quais inseriram em suas metodologias a participação da sociedade. Este trabalho analisou os impactos causados pela implementação das políticas públicas dentro do Assentamento Rural Amarelinha de Cima, no Município de Pilõezinhos-PB, que vem mostrando resultados positivos no decorrer dos doze anos de sua existência, conforme apontaram os resultados da pesquisa. A investigação é um estudo de caso, proporcionada por um longo período de observações, anotações, entrevistas e uso de questionários junto às famílias assentadas. Mas sem abrir mão de um levantamento de informações secundárias que corroboraram para o embasamento teórico do trabalho e conhecer as políticas públicas desenvolvidas na área da pesquisa. Levou-se em conta, o conceito de políticas públicas como uma ação desenvolvida pelo Governo para resolver ou diminuir um problema existente em determinado setor da sociedade. Neste caso, o estudo pauta-se às ações dirigidas para as áreas rurais, sobre as quais os assentamentos são priorizados quando de suas implementações. Apurou-se que o projeto Amarelinha de Cima é um caso de sucesso na Política de Reforma Agrária do Governo Federal. Pois os dados coletados mostraram que a qualidade de vida dos agricultores melhorou significativamente depois de se tornarem assentados. Conclui-se ainda que a Política de Crédito atrelada à assistência técnica efetiva é essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos assentados de Amarelinha de Cima. Já a Política Nacional de ATER – PNATER proporcionou um engajamento maior dos jovens e das mulheres no processo de participação das discussões acerca dos problemas enfrentados pela comunidade, assim como o aumento dos cuidados com o meio ambiente. Todavia, as políticas de comercialização como o PNAE e o PAA não apresentaram resultados satisfatórios para a melhoria dos rendimentos dos agricultores, dos quais apenas um tem participação ativa na venda para o Programa. Há, portanto, a necessidade de sensibilização dos produtores para a prática da venda institucionalizada através dos programas de governamentais de comercialização. Nota-se que as políticas, quando conduzidas a contento, impactam de forma positiva na vida das pessoas, haja vista o resultado do estudo mostrar isso. Mas, outros benefícios poderiam alcançar os agricultores, sobretudo, com a melhoria da infraestrutura local, com uma maior incidência de oficinas educativas e sensibilizadoras para a prevenção à saúde, acesso à educação, cuidados com meio ambiente, a convivência familiar e o associativismo.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento rural, Assentamento Rural, Reforma Agrária.

ABSTRACT

Public policies gained prominence in academic debates to the 1930, when discussions around the theme was extended by scholars. Studies on the theme brought advances to create new development policies, especially sectoral policies, which added to its methodologies society participation. This study examined the impacts caused by implementation of public policies within the Rural Settlement Hopscotch de Cima, city of Pilõesinhos-PB, which has shown positive results over the twelve years of its existence, as pointed out the search results. Research is a case study provided by a long period of observations, notes, interviews and questionnaires were settled with families. But without giving a survey of secondary information that corroborated the theoretical basis for the work and know the policies developed in the research area. It took into account the concept of public policy as a program developed by the Government to solve or reduce an existing problem in a particular sector of society. In this case, the study is guided actions directed to rural areas, on which the settlements are prioritized when their implementations. It was found that the project Hopscotch Angle is a success story in Politics of Agrarian Reform of the Federal Government. For the data collected showed that the quality of life of farmers improved significantly after becoming settled. We can also conclude that the Credit Policy linked to effective technical assistance is essential for the development of the settlers of Hopscotch socioeconômico Angle. Already the National Policy ATER - PNATER provided a greater engagement of young people and women to participate in the process of discussions about the problems faced by the community, as well as increased care for the environment. However, the marketing policies such as PNAE and PAA showed no satisfactory results to improve farmers' incomes, of which only one has been active in selling to the program. There is therefore a need for sensitization of producers in the practice of sale institutionalized by the government marketing programs. Note that the policies, when conducted effectively, positively impacting people's lives, considering the outcome of the study show that. But other benefits could reach farmers, especially with the improvement of infraestrutura site with a higher incidence of educational workshops and sensitizing health to the prevention, access to education, care environment, family life and associations.

Keywords: Public Policy, Rural development, Rural Settlement, Agrarian reform.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	Contextualização.....	08
1.2	Objetivos.....	11
1.2.1	Objetivo geral.....	11
1.2.2	Objetivos específicos.....	11
1.2.3	Justificativa.....	11
2	POLÍTICAS PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO	13
2.1	Considerações sobre políticas públicas.....	13
2.2	Assentamentos rurais no Brasil.....	19
2.3	Políticas públicas como fator de desenvolvimento em assentamentos rurais.....	25
2.4	Principais entraves ao desenvolvimento das políticas públicas em Assentamentos rurais.....	29
3	METODOLOGIA	34
3.1	Tipologia da pesquisa.....	34
3.2	Área de abrangência, população e amostra.....	36
3.3	Instrumentos e período da coleta de dados.....	36
3.4	Tratamento dos dados.....	38
4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DENTRO DO ASSENTAMENTO AMARELINHA DE CIMA	39
4.1	Descrição da área em estudo.....	48
4.1.1	Perfil das famílias assentadas.....	50
4.1.2	Perfil das propriedades.....	59
4.1.3	Percepção das famílias assentadas.....	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Atualmente existem várias pesquisas tratando de discussões sobre políticas públicas no Brasil, (Matos, 2005), sobretudo, as políticas de desenvolvimento local. Esse assunto ganhou relevância no pós- trinta, com a ampliação dos debates em torno da temática que traria significados importantes para o desenvolvimento do Brasil (CANO, 1994). Porém, o Estado não dava a importância merecida ao tema e criavam políticas alheias à vontade e ao interesse daqueles a quem a proposta se direcionava de fato. O fato dos menos favorecidos economicamente não serem convidados para participarem das formulações dessas políticas, geraram conflitos durante décadas. De um lado eles, e, do outro o governo e o poder de influência dos afortunados na máquina administrativa.

Só em 1990, a interação entre governo e proletariado ficou mais evidente, (Dagnino, 2002). A partir dessa década foi que o governo começou a tratar do compartilhamento das decisões com a sociedade, para o implemento de políticas de desenvolvimento, principalmente o local. Certamente, devido aos comportamentos adotados pelas esferas globais, sugerindo Estados com ações descentralizadas e mais participativas para a efetivação das políticas e, conseqüentemente, melhores resultados. Já Callou (2008), conta que o processo de democratização pelo qual passa o País, são os reflexos de uma demanda social melhor organizada que buscam a transparência governamental através da intervenção popular, não só aqui como em todo o globo.

Os estudos mostram que a participação social tem influenciado, de forma positiva, nas construções e execuções das políticas de governo, chamando a atenção para aquelas de desenvolvimento territorial e de base agrícola e agrária. Neste trabalho entendeu-se território como o define Paulillo (2000), uma construção social e política, evidenciadas pelas relações entre o público e o privado, criando uma comunidade política na qual são estabelecidos os papéis de cada ator para o desenvolvimento local. Neste contexto, inserem-se os assentamentos da reforma agrária que são sujeitos deste processo político sócio-cultural, em busca da criação de seu território através das políticas agrárias e a manutenção de suas raízes históricas, buscando o seu espaço dentro das políticas de sustentabilidade econômica, política, ambiental e social.

Embora o assunto políticas públicas seja novo, estudos, experiências e pesquisas têm mostrado ser de fundamental importância na construção do desenvolvimento das atividades

ligadas à produção agrícola familiar (Teixeira, 1997). Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso propôs uma abordagem territorial e mais participativa no sentido de alargar a participação de classes na constituição de ações governamentais direcionadas para o público local. Essa medida foi ampliada pelo governo Lula em 2003 (MDA, 2010). A crença se baseava no fato de que a gestão dos projetos direcionados para os territórios, só alcançavam seus objetivos com a fusão de mecanismos interativos entre a ação pública do Estado e a ação coletiva das populações. As organizações da sociedade civil, através das associações, cooperativas, sindicatos, ONG's, os conselhos locais passariam a fazer parte das tomadas de decisões do governo. Essa afirmação corrobora com Sabourin (2006), que afirma: “o desenvolvimento territorial seria, assim, o resultado da interação entre dinâmicas sociais e produtivas locais e dinâmicas institucionais”.

Já Cunha (2009), diz que o desenvolvimento regional deve passar pelo aproveitamento do conhecimento das comunidades locais, os quais detêm diversos saberes para a colaboração do desenvolvimento sustentável de suas localidades. O que é seguido pelo pensamento de Jara (1998), quando afirma não bastar apenas o desenvolvimento macroeconômico das localidades, e sim uma estrutura organizacional capaz de gerar um desenvolvimento sociocultural, ambiental, sócio-político e econômico, priorizando o crescimento da comunidade. Isso traria para a região o desenvolvimento em seus diversos aspectos. É ao que se propõe a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, ao priorizar o desenvolvimento como um todo, através de metodologias participativas dos atores envolvidos no processo.

Para Bandeira (1999) a preocupação de se buscar a participação dos atores sociais na formulação e execução das políticas públicas se renova a cada instante e permanece cada vez mais ampla com os argumentos de construir uma sociedade mais justa, mais dinâmica e com um maior nível de democracia. É certo que os argumentos são inúmeros, haja vista ser dentro da região que surgem as vertentes do desenvolvimento, seja ela industrial, agrícola, cultural ou sócio-política. Desta forma, fica evidenciado que as políticas e os modelos tecnocratas vindas da esfera nacional não atende a contento as inquietações das necessidades locais.

Na mesma linha de pensamento, Souza (2003) mostra que em países como o Brasil, a falta de perspectiva é fruto de projetos nascidos de fora para dentro, tornando os cidadãos às margens do desenvolvimento, principalmente, o local, pois eles são obrigados a aceitar o que os tecnocratas acreditam ser importante para a comunidade, quando na verdade os comunitários sequer tomam conhecimento da existência daquele projeto.

Na contramão, o Programa Gente de Valor, criado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia, trás uma proposta que prioriza a participação dos homens e mulheres das localidades que serão atendidas pelo Programa, nas decisões e escolhas das ações a serem executadas em suas comunidades. Certamente, os resultados serão mais aproveitados, já que a própria população objeto da aplicabilidade da política participa da tomada de decisão (BAHIA, 2011). Os resultados sempre foram satisfatórios, argumento da Secretaria de Desenvolvimento. Outra boa experiência foi apontada por Lima e Mello (2009), que em trabalho realizado na microrregião do brejo paraibano, perceberam que a organização de produtores em cooperativa, os ajudou a atravessar a crise canavieira da região, sem comprometer os rendimentos para o sustento de suas famílias. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo grupo, os trabalhadores obtiveram êxito, fruto de financiamento através da política agrícola do Governo Federal, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Isso confirma a argumentação de Paulillo (2000), sobre a intervenção do Estado para que a política seja efetivada, gerando desenvolvimento.

As articulações com os diversos setores da sociedade civil, em busca da política mais adequada para cada região, nos levam a Boiser (1996), que acredita que o conceito de desenvolvimento passa pela diferenciação como os chefes de nação estão lidando com a população. Comportamento que tem gerado ambientes organizacionais mais propícios aos sistemas descentralizados de tomadas de decisões governamentais. O tema torna-se bastante relevante na medida em que iremos discutir, sob os pensamentos de autores que têm estudado os comportamentos das políticas públicas e sua eficácia para o desenvolvimento das localidades, enfocando a participação popular nas criações dessas políticas, assim como nas tomadas de decisões dos gestores ao se reportarem para o desenvolvimento local.

Ao longo da pesquisa apresenta-se um breve histórico do processo fundiário brasileiro sob a ótica de Prado Júnior (2007); Stedille (2010); Bergamasco (1996) e Buainain (2008). Também são mostrados os conceitos de políticas públicas, com destaque para as políticas de desenvolvimento rural, conceituando-as de acordo com os pensamentos intelectuais da contemporaneidade como o pensamento de Eufrásio (2008), e Secchi (2010). Contudo, inserindo a reforma agrária como uma política governamental para combater a pobreza e as desigualdades sociais no campo. Outras políticas, principalmente as agrícolas, são enfocadas sobre a ótica dos movimentos sociais em oposição aos conceitos do governo, representados pelos órgãos públicos ligados à agricultura patronal e à agricultura de base familiar

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Objetivou-se com essa pesquisa analisar o impacto socioeconômico das políticas públicas no Assentamento Amarelinha de Cima em Pilõezinhos-PB.

1.2.2 Os objetivos específicos

- Apresentar as políticas públicas implementadas no assentamento;
- Apresentar o perfil socioeconômico das famílias assentadas;
- Relacionar as políticas públicas ao desempenho socioeconômico das famílias assentadas.

1.3 Justificativa

A política pública que atinge de cheio o assentamento é a política agrária, sem desprezo para as políticas de crédito e de fomento para o agricultor familiar. Por isso é importante estudar os assentamentos da reforma agrária sob a ótica de Furtado (1981). Em seu trabalho, o autor aponta à constituição de políticas setoriais, ou seja, políticas públicas direcionadas para o seu público de interesse mais adjacente, o que possibilitaria a inclusão e a abertura de espaços produtivos para o desenvolvimento sustentável local. Ele ainda descreve as políticas de governo como pilares de um ciclo de desenvolvimento regional, desde que os investimentos abracem a todos os setores, evitando a concentração de renda e a dominação social, sobretudo, nas zonas rurais.

A pesquisa é uma experiência prática vivida pelo autor durante cinco anos em que esteve dentro do Assentamento Amarelinha de Cima, contribuindo como agente de governo a serviço da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER-PB. Oportunidade em que foi possível tomar conhecimento de várias políticas públicas direcionadas para os agricultores, com ênfase para o assentado.

Durante as idas e vindas ao assentamento, aos seminários, às palestras e às oficinas percebeu-se que, mesmo com muitos atores envolvidos no processo da luta pela reforma agrária do País, ainda há milhares de trabalhadores rurais sem terra. Outro fato é que as

políticas, sobretudo, as de crédito não são efetivadas com as facilidades anunciadas pelo governo. Então se enveredou por essa área de interesse, já que Secchi (2010) liga a criação de uma política pública à resolução ou amenização de um problema, neste caso a reforma agrária se encaixaria como uma amenização dos conflitos sangrentos, existentes pela posse e uso da terra durante a história do Brasil.

Ferreira Neto (2009) aponta a importância de pesquisar os assentamentos rurais numa perspectiva de análises das transformações estruturais ocorridas dentro dessas localidades por meio dos processos das ações governamentais. Segundo o mesmo autor a implantação de um projeto de assentamento implica diretamente na vida do município, de forma positiva ou negativa, conforme cada caso. Cria-se, portanto, aos arredores do empreendimento, uma nova fonte de renda e um novo processo de desenvolvimento local. Surgem mais consumidores, mais produtores, alterações na demografia, novas forma de organizações sociais e maior demanda por serviços públicos em forma de políticas setoriais.

Diante das argumentações e em conformidade com Ferrante; Barone e Bergamasco (2008) *apud* Barone, Ferrante e Almeida (2010), ao afirmar que os assentados cada vez mais ocupam espaço na luta por tomadas de decisões quanto à formulação e implementação de políticas públicas setoriais, sobretudo, para os assentamentos. É relevante averiguar o quanto essas investidas têm sido positivas na vida dos agricultores assentados da reforma agrária para a ocorrência de transformações sociais e econômicas dentro da comunidade.

Estudar os assentamentos rurais e as transformações ocorridas através do implemento das políticas públicas, torna-se fundamental para o encontro de alternativas viáveis para atenuar a desigualdade social do País, principalmente nas áreas rurais. Assim como para erradicar a fome, diminuindo a miséria e o desemprego, por meio da criação de postos de trabalhos e da geração de renda. Como também, a busca pelo entendimento de como se deu o processo da constituição fundiária do Brasil, (BERGAMASCO, 1996).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

2.1 Considerações sobre políticas públicas

É quase impossível reportar-se ao desenvolvimento da localidade sem falar em políticas públicas. Ao passo que sempre se atrela a criação e a aplicação de uma política pública para solucionar um determinado problema, ou determinados problemas (SECHI, 2010). Ainda segundo o mesmo autor, a política pública é uma corrente que deve ser seguida para o enfrentamento de um problema, ela é criada, quando é necessário o Governo dá uma resposta a um problema público de relevância social. Para a implementação de uma política pública é necessário a identificação de um problema, que poderá ser ou não relevante. Em seguida, tomam-se as medidas para a execução da política, envolvendo a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, execução, avaliação e extinção. No Brasil é comum algumas políticas públicas tornarem-se letras mortas, ou seja, são existêm, mas não funcionam; como o Estatuto da Terra, editado em 1964 sem resultados promissores.

Neste estudo, a busca seria pela amenização social e econômica dos trabalhadores rurais da Fazenda Amarelinha de Cima. Trata-se de uma política pública redistributiva, segundo a tipologia de Lowi (1964), esse tipo de política é bastante conflituoso por conceder benefícios a classes de atores sociais em detrimento de outras, sendo uma característica marcante na redistribuição de terras, duas forças contrárias, uma que quer que a política aconteça com eficiência e a outra lutando para que a política não seja efetivada.

Outra política pública tipificada por Wilson (1983) *apud* Secchi (2010 p. 19) corrobora com a já apresentada por Lowi (1964). Ela trata de benefícios concedidos a um grupo de interesse enquanto concentra custos a outro grupo, que se articula para agir como anti-políticas públicas. A reforma agrária classifica-se como tipos de políticas apresentadas pelos dois autores supracitados, sendo a sua efetivação considerada conflitante, pois o elitismo formado pelos dois grupos de interesses antagônicos sempre estiveram presente nas execuções dessas políticas (SECCHI, 2010). A criação da União Democrática Ruralista – UDR, contrapondo-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária, ratifica o que vimos relatando ao longo desses parágrafos. Enquanto o PNRA previa um assentamento de 1.400.000 famílias entre 1985 e 1989, a UDR conseguiu fazer com que esse número não chegasse a noventa mil famílias assentadas (CAUMI, 2006).

O plano de desenvolvimento brasileiro desenhado na década de 1960, pelo então ministro Celso Furtado, previa o alargamento das áreas produtivas rurais, onde as famílias seriam donas de suas terras (MORISSAWA, 2001). Ele acreditava que o camponês ao produzir para a sua família, venderia o excedente, o que geraria um amplo mercado consumidor para as indústrias, pois o camponês sempre iria necessitar de produtos para sua produção. Isso se tornaria em um processo contínuo de compra e venda, alavancando o desenvolvimento local e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional (FURTADO, 1981). Esse pensamento não condiz com a grande massa de trabalhadores sem terra em detrimento de poucos latifundiários que detém quase metade da área agricultável do Brasil.

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo, perdendo apenas para o sulamericano Paraguai (MARISSAWA, 2001). A concentração de terras em nosso País está fortemente ligada, à formação histórica brasileira que se consolidou nas mãos dos senhores de engenhos, afirma Furtado (1989). Isso faz com que nós figuremos entre as dez nações com maior índice de desigualdade social e econômica do globo terrestre (FERNANDES, 2001). Tal desigualdade já foi apresentada por Furtado (1989) como fruto dos laços existentes da indevida formação do sistema fundiário brasileiro. Este privilegiou poucos com grandes parcelas de terras, enquanto muitos ficaram sem nenhuma, ou quase sem terra para trabalhar.

O modelo de distribuição das terras brasileiras, adotado por D. João III, o então Rei de Portugal, privilegiou apenas 12 representantes da nobreza portuguesa, através da divisão do Brasil em 14 capitâneas hereditárias que deveriam ser exploradas por nobres portugueses (FILIPPI, 2005). Iniciativa, que futuramente adotaria o sistema baseado no feudalismo da Europa Medieval, favoreceria, ainda mais, os conflitos agrários no Brasil. Prado Júnior, (2007) argumenta que, enquanto os donatários das capitâneas não detinham recursos para cumprir as obrigações impostas pela Coroa, e, assim, se manter com a propriedade da terra, eles repassavam grandes lotes para os Sesmeiros. Os ocupantes das sesmarias eram obrigados a promover a proteção da gleba, gerar divisas para os donatários e para a Coroa Portuguesa, afirma Morissawa (2001). Mas as sesmarias eram muito extensas e precisavam de mão-de-obra para gerar os recursos que a Coroa cobrava.

As Sesmarias contribuíram para a formação fundiária brasileira, assim como para a relação, até hoje, vivenciada pelos camponeses em seus minúsculos pedaços de terra. Que se transformam em mão-de-obra barata para labutar nas grandes propriedades de monocultura em seu entorno. Sobre a relação injusta que foi montada entre o camponês e o burguês é possível observar que,

“As pequenas explorações, admitidas pelos sesmeiros, ocupavam as franjas da grande propriedade, constituindo-se em fonte de mão-de-obra livre para trabalhar na lavoura de cana em tarefas de supervisão e de produção de gêneros básicos para alimentar a mão-de-obra escrava. À medida que se expandia a monocultura da cana, a pequena exploração movia-se em busca de novas terras dentro dos vastos domínios da grande fazenda (BUAINAIN, 2008)”.

Nota-se, portanto, que a relação minifúndio/latifúndio coexiste desde a época do Brasil-colônia, o que não prejudicou o sistema do processo fundiário ocorrido ao longo da história brasileira e fortemente visto nos dias atuais. Por isso não é errado em afirmar que a dinâmica dos conflitos por terras na contemporaneidade tem suas raízes fincadas na formação agrária brasileira, que começou com uma grandiosa e injusta divisão de terras.

Não obstante a dificuldade por terra para a agricultura camponesa nesse país, a Lei de Terras de 1850 dificultou, ainda mais, o acesso a terra no Brasil. Editada quase três décadas após a independência brasileira, a nação perdeu uma grande oportunidade de promover a ocupação da terra pela família camponesa, de forma a garantir uma reforma agrária no modelo norte-americano, onde o maior tamanho da propriedade foi estabelecido em 41 hectares (MORISSAWA, 2001). Porém, o Brasil havia perdido uma oportunidade ímpar de promover a revolução agrária, no momento em que se declarou a nossa independência no ano de 1822, assim como o fizeram outros países como: Japão, China, Estados Unidos, entre tantos outros que se apegaram a um grande acontecimento histórico para realizarem sua partilha de terras, o que não ocorreu no Brasil, que rompia com os padrões coloniais para se tornar um Império (BUAINAIN, 2008).

A Lei de Terras de 1850 foi criada com o objetivo de dificultar o acesso a terra pelos escravos fugidos (quilombolas), pelos brasileiros pobres e pelos produtores independentes, demonstrando a massificação do poder nas mãos de uma pequena elite dominadora e ambiciosa (STEDILE 2011). A partir desta lei, as terras não poderiam mais ser adquiridas senão através da compra ou da doação por parte da Coroa, ou seja, todas as terras passaram para o domínio da Corte (BUAINAIN, 2008). Tal experiência afastou ainda mais a possibilidade da distribuição de terras e proporcionou a concentração nas mãos dos mais afortunados. Dessa forma os camponeses distanciaram-se da possível aquisição de terras, pois os preços das terras tiveram elevação de preços, cujos pagamentos deveriam ser feitos à vista. Como os camponeses, ocupantes de pequenas glebas não dispunham de dinheiro sequer para o registro em cartório, acabaram perdendo suas propriedades para os ricos, que faziam parecer, através de documentos falsos, terem adquirido as terras antes da promulgação da lei. E, assim, as registravam com a ajuda, inclusive, do poder público.

Os grandes proprietários fraudavam documentos e registros de compra de propriedade, enquanto o governo fechava os olhos para a aquisição de grandes extensões de terras, muitas vezes através da violência, dificultando a democratização do acesso a terra por milhões de escravos (BUAINAIN, 2008). Sendo assim, até os dias atuais o total das propriedades rurais está dividido de maneira que apenas 3% são latifúndios e ocupam quase 57% das terras agricultáveis (Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, 2011). É dessa forma que a elite agrária brasileira tem se modelado desde o período colonial. Acumulando terras para especulação e explorando mão-de-obra barata e tratando ex-camponeses como escravos, quase sempre retirados ou expulsos de suas propriedades por direito. Nesse contexto encontramos um desenlace entre o camponês que necessita da terra para o seu sustento e o grande latifundiário, que fere direitos constitucionais e deveres sociais quanto ao uso de suas vultosas parcelas de terras.

O latifundiário promove a dilaceração dos recursos naturais em busca tão somente do lucro, mesmo que para isso haja os mais diversos tipos de conflitos agrários, entre eles a luta pela permanência na terra, nos quais muitos camponeses foram assassinados. Um exemplo marcante de um conflito que se arrasta por mais de sessenta anos, é o caso da fazenda Antas no município de Sapé estado da Paraíba. Na luta, envolvendo camponeses e grandes proprietários, já foi assassinado o líder João Pedro Teixeira em 1962 e, mais recentemente, no mesmo conflito, o camponês Sandoval, morto no ano 2000 (CPT, 2012).

Aparentemente a promulgação da Constituição de 1988, garantindo desapropriação de áreas improdutivas para fins de Reforma Agrária, poria fim aos conflitos pela terra. Porém, eles mantiveram-se aumentados nos mais diversos cantos do país. Santos (2000), trás quatro fases de ocorrência de conflitos no campo entre o período de 1985 a 1998, a saber: entre 1985 e 1989 houve um elevado índice de conflitos. Esse período se notabiliza pelo surgimento do Movimento dos Sem Terra - MST, Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e da União Democrática Ruralista - UDR, esta última contrária a redemocratização da terra; de 1990 a 1992 os conflitos apresentaram um redução muito pequena. Certamente os cuidados estavam mais voltados para a manutenção da democracia brasileira, conquistada a duras penas após a Ditadura Militar (FILIPPI, 2005); de 1993 a 1995 teve uma alta nas ocorrências de conflitos, evidenciados pelos massacres de sem-terra em Corumbiária-RO, onde centenas de camponeses foram torturados e assassinados na ocupação da Fazenda Santa Elina. E, finalmente, nos fins do período houve uma forte elevação nos índices de violência no campo, com várias ocorrências de trabalho escravo, desrespeito às leis trabalhistas e assassinatos no

campo, sendo o mais conhecido o massacre de Eldorado dos Carajás-PA, logo no início de 1996 (FILIPPI, 2005; ALENCAR, 2010).

São muitos os autores a evidenciar o aumento da brutalidade com que os latifundiários tratam os menos afortunados. Também, pudera os poderes constituídos que deveriam lutar para amenização dos conflitos existentes, abstêm-se utilizando a morosidade do judiciário e a legislação brasileira para promover a impunidade no campo, pois dos 2.100 assassinatos registrados até 1988, oriundos de lutas pela terra, apenas sessenta foram a julgamento (SANTOS, 2000). Nesse sentido Bergamasco (1996), afirma que parlamentares de todas as esferas de governo travam a efetivação da Reforma Agrária, mostrando que o Estado torna-se conivente com a violência agrária e adormece para resolução dos problemas existentes no meio rural, que até hoje persiste no embate da classe dominada com a classe dominante.

A violência reportada, sempre esteve presente nos espaços agrários, atuando como uma ferramenta trazida do período em que o Brasil viveu a escravidão. São formas de dominação que perpassam as fronteiras das grandes propriedades e chegam ao sistema político, que por meio do poder institucional regulamenta e criam mecanismos para barrar à tão sonhada reforma agrária, que não tem saído do papel aos longos dos governos que se propuseram a promovê-la. Alguns chegando a não assentar 5% do prometido em seus planos de governos. Isso mostra o porquê das maiores distribuições de terras terem surgidas após as pressões dos movimentos sociais e ocupação de áreas improdutiva como já o fizeram a Liga, e o PCB nos históricos anos de 1950 a 1960. E ainda o faz o MST (BERGAMASCO, 1996). Muitos desses movimentos contaram com o apoio da população urbana, como na década de 1950, durante as injustiças do Engenho da Galileia, quando o seu proprietário tentou expulsar 140 famílias de seus 500 hectares de terra.

Neste momento da histórica luta camponesa pela terra, em que o Estado cedeu às pressões dos movimentos sociais, que foram encabeçadas pelas associações civis ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), começam surgir formas de políticas fundiárias, e, no período 1950-60, os governos começaram a elaborar leis voltadas para a questão fundiária. Nesse momento o termo “assentamento” começa a ser utilizado pela população rural expulsa, em massa para os centros urbanos (BERGAMASCO, 1996). As ocupações têm um elevado aumento nesse período, assim como o derramamento de sangue nos conflitos, porém alguns resultados são alcançados, como veremos nos parágrafos que seguem.

Em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, que incluía em seu discurso político uma ampla reforma agrária, incentivo à produção de alimentos e condicionamento da

posse da terra ao interesse social, o Brasil entrou numa grave crise institucional, inclusive com o acúmulo dos conflitos sociais rurais. A idéia do vice-presidente, João Goulart, ia de encontro aos interesses do capital estrangeiro e das correntes anti-reformas brasileira, seguradas pelos grandes latifundiários. As ameaças de um governo comunista, logo foram difundidas pelas grandes mídias nacionais, porque Goulart defendia uma Reforma Agrária com desapropriação e pagamento das indenizações com os títulos da dívida pública. Isso facilitaria a distribuição da terra entre os camponeses (BERGAMASCO, 1996). Contudo, mais uma vez os interesses pessoais de uma pequena minoria se sobrepujaram aos interesses coletivos, o que geraria mais conflitos e desrespeitos à legislação brasileira.

Os trabalhadores rurais procuravam defender-se de todas as formas possíveis da tirania latifundiária, dos arranjos legislativos e dos entraves que impediam a divisão de terras entre eles. Em 1964, uma greve paralisou mais de trezentos mil trabalhadores rurais no Pernambuco, fruto do descontentamento dos camponeses com a falta de políticas públicas capazes de atenderem suas necessidades, terra e condições para o trabalho (MST, 2012). João Goulart era favorável a uma ocupação mais justa e social do solo brasileiro. E, temendo o agravamento dos conflitos, adotou uma medida que custou o seu mandato. Ao decretar a desapropriação de áreas improdutivas no mesmo ano da greve, foi vítima de um golpe duas semanas mais tarde.

O Brasil passava a ser dirigido por militares que defendiam uma política mais liberal e capitalista em todos os setores de produção. Eles reprimiram os movimentos sociais pela terra à base da tirania, da tortura e à custa de muitas vidas inocentes. Porém, as manifestações populares em prol da reforma agrária cresciam por todo o País, o que levou ao aumento das perseguições e os derramamentos de sangue nas lutas camponesas (MORISSAWA, 2001). As organizações criadas, com objetivos de promover a redistribuição de terras no Brasil, entre 1954 e 1964, a exemplo da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, comandada pelo PCB; o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, liderado pelo PTB e as Ligas Camponesas, que se espalhava por todos os estados da Confederação, cresciam e resistiam às pressões dos militares.

A organização dos trabalhadores rurais em entidades favoreceu o surgimento dos Sindicatos Rurais, regulamentados por João Goulart em 1962. Mais tarde formou-se uma Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que reuniu todos os Sindicatos Rurais em uma organização nacional. Isso fortaleceu a luta pela terra. E, os traços dessa articulação repercutem nas decisões tomadas pelos militares meses após o golpe, com a edição do

Estatuto do Trabalhador Rural que foi sancionado em 1964. O documento trazia ganhos importantes para o trabalhador do campo, entre eles a extensão da legislação do trabalhador urbano para o trabalhador rural (PRADO JUNIOR, 2007). A satisfação à sociedade estava dada de forma institucional, através deste ato. Segundo Morissawa (2001), O Estatuto do Trabalhador Rural pode ser entendido como uma forma de acalmar os ânimos no campo e evitar novas revoluções sociais, como acontecera em outros países. É possível que o documento tivesse mesmo uma boa intenção, pois a crescente plantação de cana-de-açúcar, que se expandia para as áreas ocupadas por pequenos produtores rurais, aumentava, ainda mais, a concentração de terras e os conflitos agrários que se estendiam desde a década de 1950 e com forte continuidade na década de 1960. Outro fato interessante é que a lei foi bastante boicotada pelas grandes mídias paulistas e por grupos de latifundiários.

A resistência dos grandes proprietários agrícolas dava-se pelo fato de que a propriedade rural, sobretudo de porte grande, ostentava poderes a seus donos. Além do mais, muitos latifundiários fazem de suas terras reservas de valores, as possuindo para mera especulação (BUAINAIN 2008). Isso cada vez mais afastava a possibilidade da realização da Reforma Agrária brasileira, o que impediu um desenvolvimento nascido de fora para dentro, pois as estratégias eram traçadas pela massa latifundiária com o aval dos governos. Contudo, os movimentos que não paravam de crescer por todo o Brasil fizeram com que o poder público se voltasse para a questão da terra em nosso País. Mesmo que de uma forma bastante apática. É por isso que Fernandes, (2000) aponta a grande concentração e o aumento dos conflitos agrários como os maiores responsáveis pelo aumento do número de assentamentos no Brasil. Os conflitos e as lutas por terra fizeram com que houvesse uma deliberada estratégia do governo para atenuar a violência no campo o que não representou uma melhoria na qualidade de vida dos camponeses, nem tampouco uma distribuição de terra justa.

2.2 Assentamentos rurais no Brasil

A reforma agrária é um dos pontos principais da questão agrária brasileira, sendo uma política pública de competência do Governo Federal (BRASIL, 1988). Portanto, em função da relevância do tema, optou-se por verificar o desenvolvimento social e econômico do Assentamento Amarelinha de Cima no Município de Pilõezinhos, no estado da Paraíba, fazendo uma avaliação dos resultados a partir da execução das políticas de governo direcionadas para o setor agrário.

Estudar os assentamentos rurais e os impactos causados pelas práticas desenvolvidas pelos agentes públicos, assim como pelos agentes sociais é fundamental para o entendimento de como as Políticas Públicas setoriais estão chegando até o seu público-alvo. Ainda mais quando tratamos de um tema tão conflitante que envolve distinções próprias durante o planejamento e a execução. A Reforma Agrária é uma política pública tipificada por Lowi (1964) e Wilson (1983) *apud* Secchi (2010 p. 19) como política redistributiva, ou seja, envolve dois lados que lutam por objetivos diferentes. No Brasil, esse antagonismo, quase sempre tem gerado conflitos violentos que levaram à morte vários líderes camponeses que queriam uma redistribuição das terras brasileira mais justa e equitativa.

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras existentes entre todas as nações e está entre os dez países com maior índice de desigualdade social e econômica do globo terrestre (FERNANDES, 2001). Resultado de uma má formação em sua estrutura fundiária desde a invasão portuguesa, o Brasil amarga a tristeza da inexistência de políticas agrária capazes de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da agricultura camponesa brasileira. O mesmo autor afirma que nunca existiu uma política de reforma agrária brasileira de maneira efetiva, sendo as ocupações de terras os maiores responsáveis pelo aumento do número de assentamentos rurais no Brasil. E, só depois do surgimento das Ligas Camponesas e mais tarde o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, os quais sempre estiveram organizando os trabalhadores para as manifestações, pressionaram e pressionam o governo para acelerar a reforma agrária.

Como se trata de uma política redistributiva, esse processo tem gerado inúmeros conflitos entre a classe dominante e a classe dominada, derivados de lutas pela terra. Os esforços de alguns Governadores para amenização dos conflitos agrários, não têm mostrado os resultados esperados. Pois os latifundiários não medem esforços para fazer valer a força em busca tão somente de dividendos. Estes utilizam suas propriedades para o monocultivo e a especulação, como já foi dito ao longo desse texto. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o que se vê é o desrespeito às leis trabalhistas e principalmente a falta da aplicação da função social da terra. Essas distorções existentes entre o que está escrito e o que de fato se pratica tem gerado motivações cada vez mais fortes para as ocupações de terras, o que as grandes mídias chamam de invasões.

A figura 1 traz um panorama de como se deu ou se dá o processo de reforma agrária no Brasil. As informações nele contidas são recortes da história da luta pela terra, assim como da histórica luta pela redistribuição de terras no País. É importante observar que foi com o

fortalecimento do MST, resistindo às opressões e mantendo-se como elo de organização entre os trabalhadores assalariados sem terra e outras organizações de classe como a Comissão Pastoral da Terra, a Igreja Católica e a Igreja Luterana.

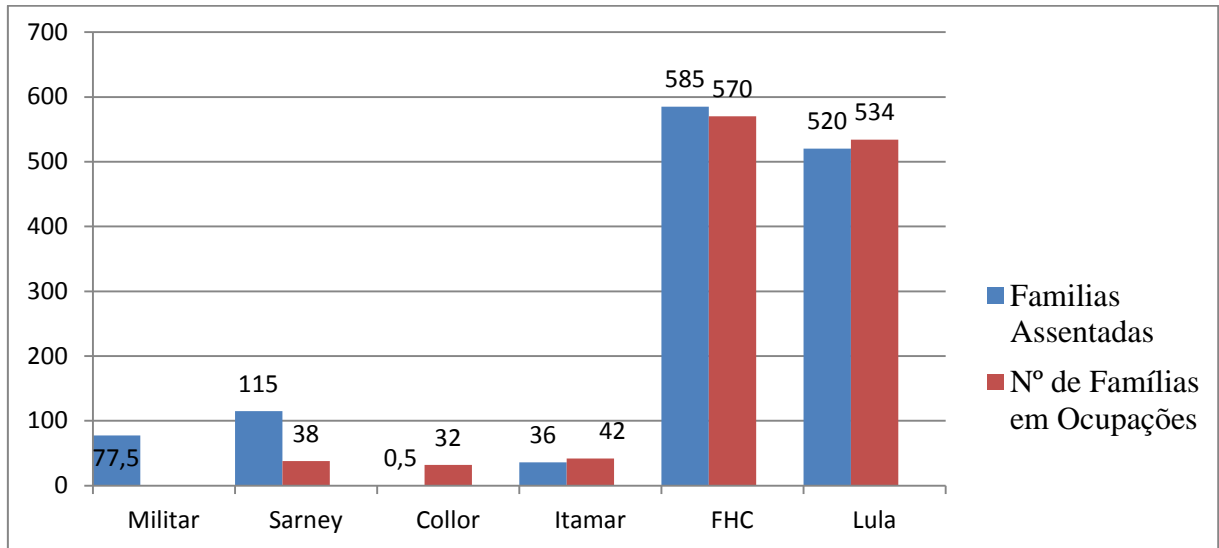


Figura 1 – Brasil, número de famílias assentadas versus ocupações (1000)

Fonte: Sobreira, 2011; INCRA, 2012. (Adaptado)

Notadamente observa-se que o aumento de famílias assentadas nas últimas décadas, se deu devido a pressão do MST sobre os Governos. A partir dos anos oitenta, a redemocratização do Brasil deu margem ao crescimento das ocupações por todo território brasileiro, fazendo com que o governo desse uma resposta às organizações de trabalhadores, que ganhavam forças em todo o País. Apesar do Estatuto da Terra, homologado em pleno regime militar pela Lei nº 4.504/64, trazer em seu texto vários artigos tratando da Reforma Agrária, ela não saiu do papel. Isso fez com que o documento se tornasse letra morta. Mas serviu de incentivo para o camponês cada vez mais integrar-se na luta pela terra e pela reforma.

A Lei nº 4.504/64 criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Este último, com o objetivo de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional das propriedades rurais e administrar as terras públicas (FARIA 2010). Outro reforço para os assentados foi a criação da Lei nº 8171, denominada Lei Agrícola de 1991 determinando à União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER públicos e gratuitos para os pequenos produtores. A partir da criação dessa lei dá para notar que os instrumentos constitucionais garantindo o direito a terra estavam atados.

A interpretação da figura 1 delata que o regime militar assentou pouco mais de 77 mil famílias, sendo que muitas delas, em área de colonização em terras do governo, ou seja, a medida em pouco alterou, ou em nada, a estrutura fundiária do Brasil. Os militares estavam mais interessados na expansão da agricultura mecanizada e do monopólio, direcionando vultosos recursos para as grandes empresas agrícolas desenvolverem suas práticas de monocultivo e de criação extensiva de gado (SOBREIRA, 2011).

A reforma agrária brasileira está baseada no Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504/64, sendo o primeiro documento oficial a tratar da temática no Brasil. Através dessa lei foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e, posteriormente em 1979, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que englobou esses dois institutos. O INCRA nasce com o objetivo de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional das propriedades rurais e administrar as terras públicas (FARIA, 2010).

Outro reforço para reforma agrária no Brasil foi a criação da Lei Agrícola de 1991 determinando à União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER públicos e gratuitos para os pequenos produtores. Baseando-se nessas leis os trabalhadores rurais organizaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que através de manifestações e ocupações pressionam o governo para acelerar a Reforma Agrária, o que tem gerado inúmeros conflitos oriundos de lutas pela terra. (FERNANDES, 2001).

O INCRA deve realizar a divisão de terras no Brasil dentro dos parâmetros da legislação, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. O órgão não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir aos pequenos agricultores condições de desenvolvimento agrário e produtividade, proporcionando a geração renda e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. O público alvo do INCRA é o camponês sem terra, pessoas com pouca terra, e, até pessoas que nunca viveram da agricultura, mas que pretendem mudar de vida saindo do sofrimento dos grandes bolsões habitacionais para levar uma vida digna no campo, (INCRA, 2010).

Com a preocupação de levar dignidade para essa camada da sociedade, o INCRA, em conformidade com os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, criou o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATEs, que através de convênios com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural tem levado assessoria técnica social e ambiental para os assentamentos da reforma agrária com

vistas ao alcance do produção agroecológica e conseqüentemente a sustentabilidade ambiental (INCRA, 2010).

Entretanto, Andrade (2000) afirma que a agricultura camponesa brasileira só avançou quando foi reconhecida como fator importante no desenvolvimento do Brasil, apenas, no momento em que o Governo Federal reassumiu no ano de 2003, a responsabilidade pelos serviços públicos de Assistência técnica e Extensão Rural - ATER. O Decreto Presidencial nº 4.739, de 13 de junho de 2003, transferiu o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. Isso significou um grande avanço para a agricultura camponesa, haja vista o nascimento de órgãos ligados ao setor agrário, propriamente dito.

No mesmo ano é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que é totalmente voltada para os diversos públicos da agricultura camponesa, incluindo agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Além disso, estabeleceu uma gestão social, apoiada por conselhos representativos do governo e da sociedade, que tem gerado um sistema descentralizado de execução das políticas públicas. A participação social na formação de políticas públicas, segundo a PNATER leva em conta a situação econômica, social, ambiental e cultural das localidades em desenvolvimento agrário (MDA, 2012).

. A PNATER se apresenta como uma estratégia política moderna e inovadora. Ela leva em conta a diversidade da agricultura Brasileira, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as normas para os serviços públicos de ATER. Além de primar pela coerência, à democracia e a participação dos povos nos momentos de debates. Inclui as organizações governamentais e não-governamentais na prestação dos serviços de ATER, integrando vocações, conhecimentos e papéis na promoção do desenvolvimento, tratando de forma muito orientada as questões de gênero, geração, raça e etnia e a inclusão da população rural mais pobre (ASBRAER, 2010).

No ano de 1995, a agricultura familiar foi introduzida na agenda do Estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Através desse programa as políticas agrícolas priorizaram a questão social e harmoniosamente com o Banco Mundial direcionaram seus investimentos para o pequeno produtor rural (MDA, 2010).

Dessa forma, a criação dos assentamentos rurais tem o objetivo de contribuir para a melhoria social do campesinato, promover a estabilidade econômico-financeira e oferecer oportunidade de trabalho digno a uma grande massa de trabalhadores sem terra, inclusive àqueles que desejam voltar a viver da agricultura, tirando dela o seu sustento e o de sua família. Portanto, é visível que a luta pela posse da terra em nosso território ainda está longe de acontecer, de fato e de direito. Prova disso, são as inquietações dos movimentos sociais que vez por outra estão aparecendo na mídia nacional, e, principalmente nas mídias alternativas como os blogs e os jornais locais de pequena circulação. Ademais, os assassinatos de líderes comunitários requerentes de uma redemocratização das terras do Brasil com mais justiça ainda não cessaram.

Isso significa o recomeço de uma luta, desta feita por uma política voltada para o desenvolvimento rural (BERGAMASCO, 1996). Portanto, a luta pela terra não cessa com o assentamento de algumas famílias, como já fora durante a Primeira Comissão Revisora de Títulos de Terra em 1938, durante o governo Vargas. Essa medida, segundo Bergamasco (1996), visava eliminar a apropriação indébita de grandes extensões de terra em vários pontos do país e reanimar a agricultura das regiões atingidas. O que não ocorreu de fato, haja vista os inúmeros conflitos apontados e a grande concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parte da população Brasileira.

A mesma autora afirma que a reforma agrária, através dos assentamentos rurais, é uma forma de o governo gerar divisas com pouco investimento, diminuindo a pobreza e provendo a igualdade social com geração de empregos e promoção de desenvolvimento. Porém a decisão de assentar camponeses deve nascer, sobretudo, de uma vontade acentuada do governo, com políticas agrárias e agrícolas planejadas em conformidade com as vontades e participação total dos movimentos sociais do campo. Quando isso não acontece, as comunidades ficam com a terra, mas declinam das condições encontradas no campo e promovem um novo êxodo rural. A falta de instalação de uma estrutura mínima para a melhoria da qualidade de vida dos assentados como estradas, saúde, educação, terras de boa qualidade, energia elétrica, transporte, moradia entre outros, fazem com que surjam novas lutas, especialmente por políticas públicas de qualidade para o homem do campo.

2.3 Políticas públicas como fator de desenvolvimento em assentamentos da reforma agrária

Como frisado nesta pesquisa, a própria reforma agrária é uma política pública, certamente a maior política de governo elaborada para amenizar o desconforto de um País em que 1% das propriedades corresponde a extensões de terras com mais de mil hectares (IBGE, 1995-1996). Esses latifúndios concentram quase metade das terras agricultáveis do Brasil, proporcionando a desigualdade e a fome (FIGURA - 2).

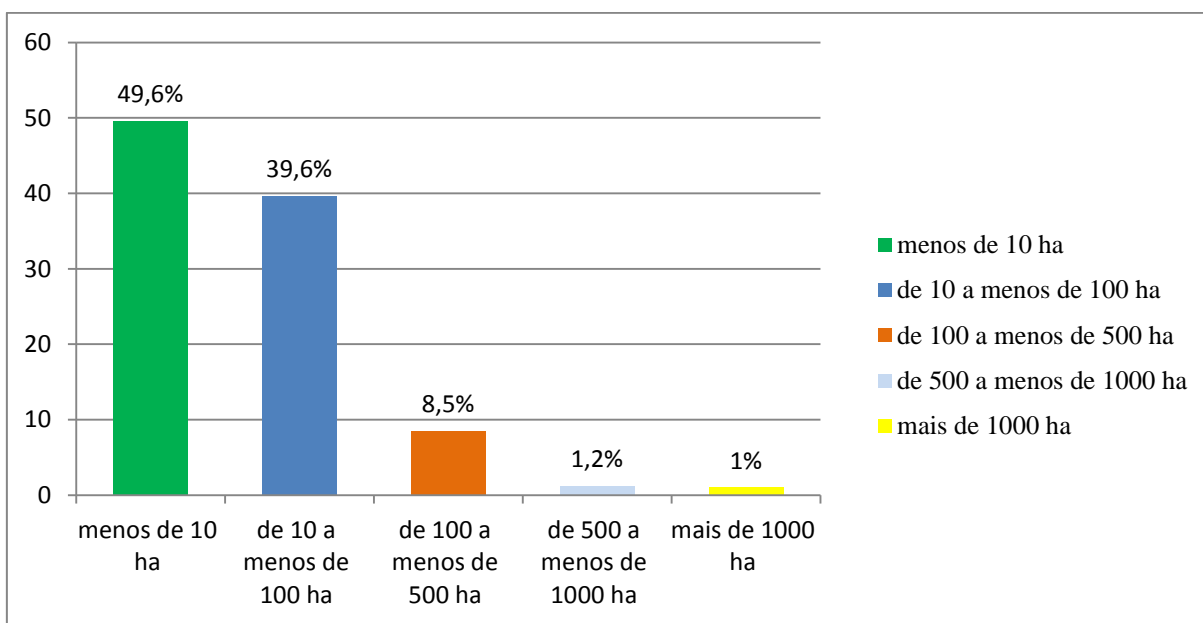


Figura 2 - Representação das propriedades rurais segundo a área (%)
Fonte: Morissawa, 2001.

De acordo com o IBGE, em 1995-1996, os imóveis rurais no Brasil eram em torno de 353 milhões de hectares divididos em 4,8 milhões de propriedades, das quais 2,4 milhões tinham menos de dez hectares e representavam quase metade do total de hectares, ocupando 2,2% da área total. Enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares representavam apenas 49 mil e ocupavam 45% da área. Morissawa (2001) e Caume (2006) ressaltam que a disparidade existente entre as menores as maiores propriedades no Brasil é assombroso, pois apenas dois mil proprietários concentram 56 milhões de hectares. Sendo maior parte, para especulação imobiliária, o que significa terras improdutivas.

Ao compararmos os dados dos censos agropecuários de 1985, 1995 e 2006, notamos uma forte tendência para a concentração de terras. O que deveria ser justamente ao contrário,

já que os números são apresentados pelo Estado. É o Governo que tem a obrigação de promover a reforma agrária, amparado por um sistema de leis e decretos homologados em função da promoção da justiça social, diminuição da pobreza, independência econômica e justiça política. Contudo a análise da tabela 1 mostra a timidez dos Governos quando o assunto é reestruturação fundiária.

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil – 1985/1995/2006

Estrato de área	Número de estabelecimentos rurais		
	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	62.693.585	62.893.091
De 100 ha a menos de 1000 ha	131.432.667	123.541.517	112.696.478
1000 ha a mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006; Morissawa, 2001.

É visível que as políticas fundiárias não deram os resultados esperados ao longo da Nova República, período que se apresentava como um divisor de águas entre o latifúndio e o acesso a terra pelo camponês. Isso ratifica o processo de lutas entre camponeses e latifundiários, os camponeses pelo direito a terra e ao trabalho, e os latifundiários pelo poder exacerbado e o lucro sem limite, o que parecia ameaçado pelo novo Governo Democrático.

Em 1985, o governo Sarney parecia romper com a resistência da agricultura patronal e passaria a dirimir estratégias de redirecionamento da estrutura agrária do Brasil. O Governo tinha o apoio da Igreja Católica e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Todavia, a pressão exercida pelos ruralistas não deixou o que o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, instituído pelo Decreto nº 91 766, de 10 de outubro de 1985, assentasse sequer 10% do que se propunha em sua redação original (CAUME, 2006). Estavam previstos o assentamento de 1,4 milhões de famílias até o ano de 1989, mas apenas noventa mil famílias foram assentadas durante todo o governo Sarney, segundo dados do INCRA.

O órgão governamental responsável pela divisão de terras no Brasil é o INCRA que tem como objetivo realizar a reforma agrária dentro dos parâmetros da legislação, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. A instituição não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir, aos pequenos agricultores, condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando renda e melhores condições de vida para as famílias assentadas. O público alvo são camponeses sem terra e até pessoas que nunca viveram da agricultura, mas

que pretendem mudar de vida saindo do sofrimento dos grandes bolsões habitacionais para levar uma vida digna no campo. (INCRA, 2010).

Contudo, os órgãos governamentais não deram o impulso necessário à reforma a que se propunham. O INCRA planejara uma reforma agrária nos moldes do Estatuto da Terra, prometendo revolucionar o método da política agrária brasileira. Mas, a intervenção patronal conseguiu impedir que isso acontecesse. Ocasão em que se utilizaram da imprensa para disseminar a falsa idéia de perigo, iminente, de invasões (BERGAMASCO, 1996). A UDR financiou a campanha de partidos políticos para defender seus ideais dentro da assembléia constituinte, e, que se tirou disso tudo foi uma enxurrada de artifícios legais que burocratizavam a redistribuição de terras, levando processos de desapropriação anos a fio no judiciário brasileiro (PEIXOTO, 2002).

Entretanto, Andrade (2000) afirma que a agricultura familiar brasileira deu um grande avanço e passou a ser reconhecida como fator importante no desenvolvimento do Brasil, quando o Governo Federal reassumiu a responsabilidade pelos serviços públicos de ATER, em 2002. É certo que o compromisso com políticas para o desenvolvimento rural sustentável, combate à fome e inclusão social, era visível com a transferência, através do Decreto Presidencial nº 4.739, de 13 de junho de 2003, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, para a Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. E, com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Política voltada para os diversos públicos da agricultura familiar, inclusive os assentados da reforma agrária (BRASIL, 2010).

A PNATER é tida como política moderna e inovadora que leva em conta a diversidade da agricultura familiar do Brasil, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as bases para um serviço de ATER coerente com a democracia e a participação dos povos. Inclui as organizações governamentais e não-governamentais na prestação de serviços públicos de ATER, integrando vocações, conhecimentos e papéis na promoção do desenvolvimento, tratando de forma muito orientada as questões de gênero, geração, raça e etnia e a inclusão da população rural mais pobre (ASBRAER, 2010). No entanto, pouco se fala em Política Agrária e o País continua amargando a grande distorção da distribuição de terras.

À luz da PNATER o governo cria um sistema descentralizado de execução das políticas públicas, buscando nos conselhos e na sociedade civil organizada a participação essencial para o sucesso das políticas. Teoricamente, a Política Nacional de Ater estabelece

uma gestão social e democrática, pois enumera os principais públicos prioritários a que se destina, entre eles: quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas, ribeirinhos, agricultores tradicionais, desabrigados por barragens e os assentados da reforma Agrária. Prevê uma participação focada no social, ambiental, cultural e econômico (PNATER, 2007).

Como a maioria das leis que têm se tornado páginas viradas depois de aprovadas, sancionadas, publicadas e poucos divulgadas, a PNATER ainda não cumpriu o seu papel por inteiro e corre o risco de se tornar letra morta. O processo democrático estabelecido na lei não garantiu a permanência da EMATER-PB como prestadora de assistência aos assentados de Amarelinha, quando esses a escolheram em assembléia geral da associação a prestação dos serviços pela empresa. Mesmo assim, o Governo Federal rompeu com o convênio existente entre a estatal e o INCRA, o qual conveniou com outra organização para prestar os serviços de ATER na localidade. Fato confirmado pelos assentados durante as entrevistas de campo e o afastamento da EMATER-PB do assentamento em questão.

Nota-se, entretanto, que a estatal preocupava-se com o cumprimento efetivo das normas governamentais, organizando com trabalhadores rurais, atividades de concepções libertadoras com o incentivo ao associativismo, ao cooperativismo, à comercialização do excedente e ao resgate das raízes histórico-culturais da comunidade. Isso era feito através de palestras, vídeos e oficinas proporcionadas pela empresa em curtos intervalos de tempo (EMATER, 2008-2012). Enquanto isso, a atual executora dos serviços de Ater, presente no assentamento desde 2010, não tem demonstrado interesse para o desenvolvimento integral do assentamento, haja vista não ter organizado os produtores para a venda ao PNAE nem ao PAA.. Quando falamos em projetos financeiros, a elaboração foi feita, rapidamente pela empresa, que leva 2% em cada projeto elaborado e aprovado pelo banco credor. Estamos nos referindo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar grupo “A”, o qual os assentados são beneficiários.

O PRONAF foi criado em 1995, durante o governo de FHC, com a incumbência de introduzir a agricultura familiar na agenda do Estado, direcionando investimento para o produtor a juros baixos e reembolso a longos prazos. Contudo, autores relatam inconsistências no texto da lei, porque ela dispõe sobre uma forma de caracterizar o verdadeiro agricultor familiar de forma a excluir uma numerosa população de agricultores que ficariam fora dos benefícios do programa por não serem aptos aos créditos do programa. Carneiro (1997) enumera uma série de distorções entre o que está escrito e o que de fato pode contribuir para a não aplicabilidade do PRONAF. Considerar o agricultor que mantém mão-

de-obra empregada durante um período de tempo maior do que o exigido na sazonalidade, ou seja, no plantio e na colheita, como não-agricultor familiar é torná-lo às margens do processo de desenvolvimento agrícola.

Outras dificuldades são anunciadas por Carneiro (1997), como a que o agricultor só terá direito à declaração de aptidão ao PRONAF – DAP se retirar 80% de seus rendimentos da agricultura. Isso torna difícil a manutenção do homem do campo no campo, já que a estrutura fundiária do país não permite que, praticamente todo o sustento de sua família provenha da agricultura. São inúmeros os produtores rurais que se mantêm em “sua” propriedade com o apoio financeiro de algum membro da família que trabalha como empregado fora da propriedade. Ademais, a autora ainda afirma que, segundo o PRONAF 1996, são 2.330.000 unidades familiares que não apresentariam condições de investimentos para a produção agrícola, o que marginalizavam aproximadamente 11 milhões de trabalhadores rurais, trataremos mais sobre o PRONAF no decorrer deste trabalho. Para concluir esse parágrafo, salienta-se que o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira de forma satisfatória deverá passar antes por uma forte e arrojada política agrária, não só com a redistribuição de terras, mas com a regularização fundiária em todo o País.

2.4 Principais entraves ao desenvolvimento das políticas públicas em assentamentos rurais

Há muito, o agricultor nordestino foi caracterizado por Machado de Assis como um sujeito preguiçoso e culpado por ser pobre e doente. Todavia, ele se esquecera das dificuldades impostas pelos grandes latifundiários deste País que sempre colocou o homem do campo na condição de escravo, usurpando a sua força de trabalho e pagando-lhe pouco ou quase nada. Por isso, são vistos como escravos, na exploração do homem pelo homem. Isso acontece na hora de fazer aquisições de produtos agropecuários para o plantio, na hora de produzir alimentos para a maior parte da população, quando se dirige em busca de crédito e, principalmente na hora de vender seus produtos, que quase sempre são entregues a atravessadores que levam a maior parte dos lucros (KLUTHCOUSKI, 2012).

Essa lógica desumana reflete diretamente dentro dos assentamentos da reforma agrária, onde os agricultores são deixados à mercê da própria sorte. Bergamasco (1996) afirma que ao conquistar a terra, os assentados iniciam uma luta por outros propósitos, agora por políticas públicas eficazes. Já que para a maioria dos assentamentos, sequer chegou o

crédito, o que diz uma pesquisa realizada pelo INCRA em 2010, envolvendo 1.164 projetos de assentamentos como amostra. Dessa pesquisa conclui-se que 78% das moradias não dispunham de eletricidade e para quase 40% das famílias o acesso ao crédito inexistia, principalmente o PRONAF. Essas famílias passam a depender da prestação de serviço alheio ao assentamento, tornando-os tão somente moradores da zona rural. Porém, cada família assentada representa aumento nas estatísticas do governo, que por sua vez, é conivente com as dificuldades impostas aos agricultores familiares pelos grandes proprietários.

Em 1964, Lowi publicou um trabalho que tipificou a existência dessas forças antagônicas como fator negativo na implementação deste tipo de política pública. Como já foi mencionada neste texto, a reforma agrária enquadra-se perfeitamente dentro das políticas redistributivas. Nessa tipificação, há dois grupos de interesses contrários à efetivação da política. Por isso, o grupo que detém o poder do capital se esforça para que as outras políticas não alcancem o público beneficiário da reforma. Isso reflete diretamente na construção e, também, na execução de novas políticas públicas deste tipo. Os exemplos são muitos, a falta de qualidade das estradas, dificultando o escoamento da produção e favorecendo o atravessador que quase sempre vai até a propriedade para comprar a preços baixos os produtos dos assentados, quando estes conseguem produzir; às políticas sociais que não chegam até essa classe de beneficiados, nesse caso os assentados, e especialmente as políticas de fomento e crédito, que seguem a mesma lógica capitalista imposta pelo sistema.

Caporal (2005), afirma que o estado continua dando mais apoio à agricultura patronal do que ao agricultor familiar, de forma que subsidia através dos créditos a baixo custo, todo o processo produtivo. Notadamente o acompanhamento dado ao camponês é diferenciado, no sentido de o “Estado” travar a entrada de recursos financeiros para esse público. Esse dualismo existente entre as duas classes produtivas vem na contramão das estratégias de desenvolvimento rural sustentável e barram a inclusão social e o aumento da renda do agricultor. Outro fator nocivo é o modelo de acompanhamento solidificado nos moldes da revolução verde. A incoerência entre as pregações da PNATER é comumente identificável, pois a maioria dos centros de formação profissional ainda não conseguiu romper a barreira entre o difusionismo e o participativo.

Ademais, os extensionistas formados numa perspectiva tecnicista, e, ainda o são na maioria das universidades, praticam uma extensão baseada em metodologias tradicionais, tão somente com repasse de informações ao produtor. Sem conhecer a verdadeira realidade da família, o que ideologicamente fere os princípios da PNATER. E, continuam ignorando o

saber popular e as experiências do agricultor, o que poderia, inclusive, ser bastante aproveitado nos trabalhos dos técnicos, fazendo um elo entre o saber científico e o saber empírico dos povos agrícolas. Alguns técnicos ainda se utilizam de práticas viciosas quando do atendimento ao agricultor, no sentido de tirar proveito de alguma ação realizada, principalmente no momento em que o agricultor necessita do crédito. Neste sentido, um morador do assentamento em estudo relatou:

“– Tinha um cara assim, esse Quende, eu disse até ele, meste quem inventou esse tal de coletivo foi o Lucifer! Poque ele mostrou o gado, foi ele e o pruprietário do gado, lá no Maciel Pipiri, ali pra banda do municipu d’Araçagi. Quando noi avistemo o gado, num foi não Ciço!? Quando truxeru o gado praqui era outra qualidade, leite num tinha, Tidi disse: oia, só sai esse dinheiro pra comprar esse gado se se tiver, saber onde é que vende, se a prefeitura comprar o leite. Noi fumo! Sandro era o Prefeito. E seu Ciço jeitou, era o Presidente da Associação. Ajeitou que era pru Prefeito comprar o leite. Num criava nenhum bezerro... Um buzerá daquele... Troço sem futuro! Aí pronto! O cara do banco disse: Vocês num taveno!? Vocês num viru!? Foooi! Aí... Lascou mesmo! Um tal dum Quende o cara do banco! O cara sofre... o pobre!... Mai foi o cara do banco que comprou cum esse fazenderu, o fazenderu passou pra gente e... Só foi assinar e ele recebeu o dinheru. A gente não viu dinheiro não. Tinaha dela maninha, acabada, sem dente, não dava uma gota de leite não. Aí noi fiquemo com aquela vaca. Cerquemo isso aqui tudo. Trabaiemo que nem um bicho. Num tinha leite, ninguém bebia uma gota de leite! Só vei uma que dava um leitim, mai veia, veia de sacabar! Eu danava capim nela! Poucos dias ela manheceu nadano ali dento naquela vage, pelejava para se levantar e não podia! morreu!. Não morreu porque tinha um cara de areia que comprava manga a eu, eu vendi a ele por cem conto. Se a gente tivesse de pagar o emprestu com esse dinheiro do gado num pagava não mestre! Pagava não sinhor...”(Cosmo Alfredo).

Esse relato foi feito por um senhor que se referiu ao financiamento de gado leiteiro para iniciar a vida como assentado da reforma agrária. Ele deixa a entender que os técnicos que os auxiliaram agiram pior do que os atravessadores. Mostraram um gado a eles quando da negociação e fizeram a entrega de outra mercadoria, ou seja, os agricultores foram enganados por agentes do governo. Sob o falso argumento de que eles teriam visto o gado, fazendo-os a entender que: ou eles ficariam com aqueles ou não teriam outros. Isso ficou evidenciado pela pressão sofrida dos agricultores, no sentido de que eles teriam visto a mercadoria e agora não tinha mais jeito. Os assentados, na falta de conhecimento e, certamente, ávidos pelo trabalho

em seus lotes, agora como donos, aceitaram a imposição dos agentes públicos. Estes por sua vez distorceram com extrema amplitude, os princípios do PNRA, ao se aproveitarem da fragilidade intelectual dos agricultores.

Já o poder público local não apresentou sequer o plano de trabalho para o desenvolvimento rural do assentamento, isso dificulta ainda mais a convivência do homem no campo, pois o município é a esfera governamental mais próxima do cidadão, ao se tratar de implementação de políticas públicas. Porém, no município de Pilõezinhos, até existem boas intenções de assegurar a melhoria da qualidade de vida dos povos da zona rural. Entretanto, as ações concretas, que não ocorreram, poderiam ter proporcionado melhorias ainda mais significativas nos índices do assentamento. Uma das maiores reclamações encontradas na pesquisa foi a omissão da Prefeitura em pavimentar as vias de acesso ao Assentamento, cerca de 2,5 quilômetros de estradas, que apresentam trechos intrafegáveis nos períodos chuvosos. Portanto, concluímos que o poder local considera o assentamento como uma competência tão somente do governo federal através do INCRA, por esse motivo se abstém de formalizar uma política pública local para os assentados da reforma agrária. O que se nota é a velha forma de tentar subtrair o sofrimento da população através de programa assistencial. Já que 50% das famílias assentadas é atendida pelo Bolsa do Povo, o qual libera uma quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês para famílias de baixa renda.

Soma-se a tudo isso, a falta de dados sobre a produção dos assentamentos. Não há local ou setor do governo que mensure os dados de produção dos assentamentos rurais do Brasil. Essa negligência causa a necessidade de maiores e melhores planejamentos para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais. Bergamasco (1997), estudando o I Censo da Reforma Agrária, questiona as metodologias e as limitações imposta a equipe de pesquisadores nas formulações dos questionários. Esse censo foi uma resposta do governo aos desencontros nos números publicados pelo governo e os números apurados pelo MST. A autora cita Norder (1997) para afirmar que os assentamentos criados são formas que o governo encontrou para a diminuição ou controle dos conflitos por terra. Portanto, esses novos com terras não dispõem das condições necessárias para saírem da situação de pobreza a que se encontravam antes de se tornarem assentados da reforma agrária. Tampouco se encontram com o resgate do processo produtivo da agricultura para consumo, ou de base familiar.

Enquanto os Governos e a sociedade não resolverem dar o olhar merecido aos agricultores, eles continuarão sobrevivendo de migalhas de políticas públicas que são feitas

para pobres, e, portanto, acabam se tornando políticas muito pobres de execução. Essa falta de compreensão dos setores, sobretudo, o financeiro e o social poderão ocasionar em pouco tempo a derrocada do campo e conseqüentemente o fim da cidade, pois Abrahão Lincoln um dia proferiu as seguintes palavras: *“Destruam as cidades e conservem os campos, e as cidades ressurgirão. Destruam os campos e conservem as cidades, e estas sucumbirão”* (DBO AGROTECNOLOGIA, Ano 9-nº35, abril/maio, 2012).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

No entendimento de Ferreira (2008) a metodologia científica engloba todos os procedimentos adotados pelo pesquisador em uma investigação. Já Lalande (1998) aponta as diferenças existentes entre o método e a metodologia. Ele aponta que o método deve estar intrínseco com a teoria, ou seja, é o tipo de método que vai explicar uma determinada teoria, sendo, portanto a teoria a fundamentação do método. Enquanto a metodologia deve ser construída com base nos materiais, nos métodos e nas teorias sobre um assunto verificado, tornando-se o conjunto de todos os procedimentos adotados na investigação para a obtenção dos resultados.

Há de se ter bastante cuidado na definição do método a ser adotado para a busca dos resultados da pesquisa, pois a fundamentação teórica dos resultados depende da escolha do método a ser adotado. Portanto, com base nas informações de autores que partiram do materialismo histórico para alcançarem resultados em pesquisas semelhantes, buscaremos respostas para o questionamento a que nos dispunha, entendendo a construção do espaço agrário brasileiro como um processo de construção histórica, cultural e social (OLIVEIRA (2003). O espaço agrário do Brasil não difere do espaço geográfico caracterizado por Lefebvre (1992) e Santos (2002), quando ambos afirmam que o espaço é um produto social. Por isso o entendemos como uma produção social e histórica que transcende o limite dos territórios físicos.

Para a averiguação dos resultados das políticas públicas dentro do Assentamento Rural Amarelinha de Cima foi necessário mergulhar na subjetividade do tema, buscando compreender os resultados qualitativos através das entrevistas e a observação participante, assim como levantar e interpretar os dados colhidos pela aplicação dos questionários. Para Chizzoti (2008) é comum o emprego de uma gama de métodos e técnicas para a coleta de dados de pesquisas com abordagens qualitativas. Na mesma linha de raciocínio, Silva e Menezes (2001) apontam o estudo em questão como qualitativo e quantitativo no sentido de transformar em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requerendo o uso de técnicas estatísticas para tabulação dos dados coletados. São essas indagações à cerca de seu resgate histórico-social que buscamos avaliar a positividade do PNRA nas vidas dessas pessoas. O uso de questionários, observações e as pesquisas

bibliográficas feitas inicialmente, nos possibilitou a formulação de instrumentos de pesquisa utilizados por Silva, Abranches Júnior e Arruda (2010), ao estudarem o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais de Araruna-PB.

A coleta dos dados secundários foi feita na EMATER-PB, no INCRA, no IBGE, no MDA, Prefeitura, Sindicato e nos Conselhos Municipais. Outras informações foram buscadas dentro da comunidade através da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Amarelinha de Cima, caracterizando a busca de informações pontuais dentro da localidade em estudo. O levantamento bibliográfico, a que nos referimos anteriormente, foi importante no sentido de proporcionar o suporte teórico-metodológico para a condução dos trabalhos. O tipo de pesquisa abordado foi a qualitativa, tendo em vista a gama de métodos e técnicas empregadas na coleta dos dados que de acordo com Chizzotti (2008), ela se aglutina com diversos pensamentos teóricos, combinando tendências metodológicas com as pesquisas desenvolvidas dentro do local objeto de estudo.

De acordo com Goldenberg (2009), a pesquisa ainda pode ser entendida como uma experiência prática vivida pelo autor. Pois nesse tipo de trabalho, o pesquisador encontra-se dentro do objeto pesquisado. Foi durante cinco anos em que o autor viveu dentro do Assentamento, contribuindo como agente de governo a serviço da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER-PB. Oportunidade em que foi possível tomar o trabalho como um estudo de caso, aplicando diferentes métodos de pesquisa científica para a interpretação satisfatória dos dados. Nesse sentido, Chizzotti (2008) afirma: “Um estudo de caso envolve a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, aspectos da vida de um indivíduo, de ações de membro de um grupo, aspectos de um evento, de uma organização, empresa ou comunidade”.

Ademais, a assessoria prestada aos assentados durante o período em que estivemos presentes na comunidade, somados às constantes investidas nos últimos dois anos, nos leva a caracterizar a investigação, de acordo com Brandão (1999), como pesquisa participante. Nesse tipo de pesquisa o investigador dá assessoria ao objeto da pesquisa na tentativa de ajudar na melhoria da comunidade pesquisada. Nesse caso, buscamos através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, a melhoria nos investimentos financeiros, a emancipação política e social dos assentados a fim de lhes proporcionar um maior entendimento das causas sociais e ambientais, sobretudo, uma melhor forma de comercializar os produtos agropecuários. Na tentativa de alcançar os objetivos da PNATER.

3.2 Área de abrangência, população e amostra

Esse estudo delimitou-se a pesquisar as famílias assentadas do Assentamento Amarelinha de Cima do município de Pilõesinhos-PB. O assentamento é organizado em agrovila e compõe-se de uma população de sessenta e oito habitantes, divididos em dezessete famílias com idade entre zero ano a setenta e cinco anos. A proporção de gênero é de trinta e uma mulheres para trinta e sete homens, esse último, ocupando cem por cento a chefia familiar.

Os entrevistados foram os chefes de cada família, com exceção de duas famílias, as quais o entrevistado foi a esposa do assentado. Oitenta e oito por cento dos entrevistados possuem a primeira série do ensino fundamental ou mais, o que facilitou o entendimento dos questionamentos e possibilitou respostas mais claras. Porém, tomou-se o cuidado de contar com o maior número de familiares possível durante os questionamentos para que as informações fossem opinadas por todos da família, evitando percepções diferenciadas dentro de uma mesma família.

A população-alvo dessa pesquisa foi composta pelas dezessete famílias assentadas. O procedimento visou inutilizar qualquer discrepância nos resultados da investigação. As observações foram feitas ano a ano e os questionários aplicados no mês de janeiro do ano subsequente ao pesquisado. As anotações foram feitas nas dezessete propriedades trabalhadas pelos agricultores. A soma da área é de 187 hectares das quais 38 hectares são reservas ambientais e o restante, área de cultivo e pastejo.

3.3 Instrumentos e período da coleta de dados

O pesquisador teve participação ativa dentro do assentamento, desenvolvendo atividades de ATER, no período de cinco anos. Mas só a partir de 2009, os dados coletados por meio das observações no campo começaram a ser mensurados e embasados teoricamente para futuros trabalhos científicos. Foram feitos os registros das observações em caderneta de campo, as quais eram repassadas para o meio digital. Posteriormente, viu-se a necessidade de aplicar questionários e fazer pesquisas bibliográficas para sustentar as informações colhidas ao longo desses cinco anos de trabalho e coleta de dados. Durante o período mencionado anteriormente, foi possível realizar entrevistas abertas, conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e observações participantes, além de analisar os documentais encontrados na Associação.

Essas atividades resultaram em dois artigos científicos publicados em anais de congresso, os trabalhos ratificaram as hipóteses do autor, pois ambos mostraram que a assistência técnica é fundamental para o bom desenvolvimento do assentamento. Outro fator importante apresentado por Tacconi Neto e França (2010), foi a utilização de matéria orgânica para adubação das culturas. Assim como um elevado aumento na produtividade, principalmente nas culturas do urucum, da bananeira e da macaxeira. Por isso, utilizaram-se técnicas semelhantes na construção deste trabalho.

Outros métodos usados em pesquisas como O Retrato da Terra, realizada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, a qual mostrou o perfil socioeconômico dos assentados da Reforma Agrária do Estado de São Paulo em 1998, foram utilizados no trabalho proposto. No relatório final do estudo, os técnicos do Instituto mostraram que a utilização de técnicas de coletas de dados como questionários entrevistas e observações foi determinante para o bom resultado da pesquisa. Já Silva, Abranches Júnior e Arruda (2010) estudaram o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais de Araruna-PB como o uso de questionários e levantamentos bibliográficos.

Outras informações foram adquiridas nos órgãos públicos existentes no município como: EMATER-PB, Sindicato, Prefeitura, Conselhos e Secretaria de Agricultura. Os dados colhidos possibilitaram o viés que a pesquisa deveria seguir para a consecução dos resultados. As pesquisas e levantamentos feitos, nos órgãos públicos e na internet foi extremamente importante no sentido de levantar os dados secundários para o estudo das políticas públicas dentro dos assentamentos da reforma agrária.

O formulário foi dividido em nove seções: na primeira seção o instrumento foi todo estruturado contendo o perfil do produtor. Na segunda seção contém as informações sobre a capacidade de organização social e o nível de convivência e produção em grupo. A terceira seção apresenta informações sobre o acesso às políticas sociais do governo federal, estadual e municipal, assim como o acesso aos serviços básicos de saúde, infraestrutura, educação, esporte e lazer, transporte e saneamento básico. Já na quarta seção estão dispostos os questionamentos sobre o acesso ao crédito e às linhas de fomento para a agricultura familiar. Na quinta seção o debate é relacionado á assistência técnica especializada e o uso de tecnologias dentro da propriedade para a condução da agropecuária. A sexta seção analisa a força de trabalho das famílias nas atividades agrícolas, não agrícola e agropecuária. Na sétima seção discorremos sobre os rendimentos das famílias provenientes da comercialização de produtos agropecuários, de benefícios de aposentadorias e de programas governamentais. A

oitava trata das formas de comercialização e a nona questiona sobre as políticas específicas para os assentamentos, PNRA e PRONERA.

Os dados sobre as propriedades foram construídos durante as observações de campo e as informações da EMATER-PB. Outro instrumento utilizado foi o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, no qual constam as informações de solo, topografia, relevo, hidrografia, vegetação, geomorfologia, geologia, fauna, clima, histórico, localização e acesso, sistemas produtivos, entre outras áreas de interesse geográfico e agrário. Além de conter elementos sobre a criação do assentamento e o perfil das propriedades.

O questionário foi pré-testado com três agricultores assentados de outro assentamento. Em seguida, realizaram-se algumas alterações gramaticais a fim de facilitar a argumentação das questões junto aos agricultores. Os dados foram analisados em gabinete e tabulados com apresentados a seguir.

3.4 Tratamento dos dados

Ao longo da pesquisa são apresentados os conceitos de políticas públicas, com destaque para as políticas de desenvolvimento rural. Por isso, procuramos mostrar a importância de conceituar políticas públicas de acordo com as correntes de pensamentos intelectuais existentes na contemporaneidade, sobretudo, no pensamento de Eufrásio (2008) e Secchi (2010). O elo entre a reforma agrária e a política governamental de combate à pobreza e as desigualdades sociais no meio rural estão representados nos questionamentos. É possível notar que a reforma ainda enfrenta muitos entraves para a sua efetivação. Mesmo com as constantes investidas das organizações camponesas, que sempre desempenharam um papel importante para a reorganização fundiária do Brasil.

Com base nisso, aplicamos os questionamentos para verificar as ocorrências concretizadas de políticas públicas dentro do assentamento. Primeiro levantamos os dados por meio de averiguações in loco e uma breve revisão bibliográfica. Mas tarde aplicamos os questionários, cujos dados foram tabulados e mensurados no escritório. Os resultados das observações eram registrados no local em caderneta de campo e, também, analisado no escritório. Os resultados encontrados foram confrontados entre si e com outros autores e logo transformados em gráficos e textos para a interpretação do leitor.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DENTRO DO ASSENTAMENTO AMARELINHA DE CIMA

Quando nos referirmos a políticas públicas para assentamentos rurais, temos a ligeira idéia de estarmos falando de políticas agrárias. Visto que a reforma agrária é a principal política agrária do País, tendo como elo central o PNRA, instituído em meados dos anos 80 pelo presidente José Sarney, diz Bergamasco (1996). O Programa Nacional de Reforma Agrária surge com a promessa de diminuir os problemas e os conflitos sociais por terra nesse País. Contudo, como política redistributiva, ela gera uma divisão nociva entre os grupos de interesse envolvidos. De um lado os camponeses ávidos por terra, do outro, uma população ávida pelo poder ostentado pela posse de grandes propriedades. Estava criado mais um impasse para a resolução da questão agrária do Brasil.

O plano foi para o congresso com o objetivo de assentar 1,4 milhões de trabalhadores rurais, mas a pressão latifundiária conseguiu barrar essa proposta ambiciosa e a transformou em um verdadeiro embaraço judicial para que as grandes propriedades não fossem desapropriadas tão facilmente como previa o plano. No entanto, apenas 6% do total planejado foram executados. Mas, as políticas públicas para os assentamentos da reforma agrária, vão, além do PNARA, sobretudo, no tocante às políticas agrícolas, políticas sociais e as políticas estruturantes, Bergamasco (1996) aponta que, ao conseguir a terra, o assentado inicia outro ciclo de luta, agora, pelas condições dignas de moradia

As políticas públicas desenvolvidas dentro dos assentamentos rurais, quando associadas ao desenvolvimento social e regional, poderão trazer resultados inesperados na economia do município, entre outros resultados positivos para a sociedade (STDILE, 2011). Há de se afirmar que o censo agropecuário 2006 aponta as pequenas propriedades com um incremento de produtos agropecuários na economia, representado 80% de toda a produção de alimento do País.

É importante, pois, ressaltar que os resultados alcançados pela aplicabilidade correta das políticas devem começar pela política agrária correta para cada grupo social, seja beneficiário do PNRA ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O nosso grupo de interesse está inserido na primeira política, público, para o qual e dado prioridades em diversas políticas de governo, seja na política creditícia, na comercialização ou nos programas sociais. É uma tentativa de fixar o homem no campo e fazer a população acreditar que a

reforma agrária dá certo. Elas vão desde as políticas sociais às políticas de crédito rural, ou políticas agrícolas as quais discorreremos nos próximos parágrafos.

Inicialmente, trazemos à baila, a política mais presente na vida dos assentados de Amarelinha de Cima, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Criado em 1996, o programa foi criado com a função de corrigir o modelo de política econômica rural adotada pelos governos brasileiros ao longo da história, a qual privilegiava os grandes proprietários do Sul e Sudeste (AQUINO, 2010). Carneiro (1970) conta que o PRONAF foi inspirado em modelos de desenvolvimento rural da Europa. Tais paradigmas eram sustentados pelas visões de produtividade, rentabilidade e o aumento da competitividade do setor com outros setores da economia. Contudo, quando da adoção de modelos externos há de se observar as condições sociais e históricas de cada lado, talvez assim, o objetivo seja alcançado em níveis satisfatórios.

Desde sua criação foram bilhões investidos na agricultura: moderna e em busca da modernização da pequena agricultura, buscando diminuir as desigualdades entre os povos agrícolas e os não agrícolas. O principal viés dessa política era o aumento do crédito para o fortalecimento de uma agricultura mais sustentada. Por isso o PRONAF adota alguns critérios para que o crédito não fosse para as mãos de públicos difusos. São considerados agricultores familiares aqueles produtores que se enquadrem conforme quadro 1.

Quadro 1 - Requisitos para Enquadramento ao PRONAF por Grupo de Beneficiários

GRUPO A	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou PNCF que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF;
	Agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, desde que observado o disposto na Lei nº 4.504, de 30/11/1964;
	Não detenham, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal, inclusive a que detiver o cônjuge e/ou companheiro (a);
	Tenham recebido, nos doze meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$14.000,00 (quatorze mil reais);
	Tenham sido reassentados em função da construção de barragens cujo empreendimento tenha recebido licença de instalação emitida pelo órgão ambiental responsável antes de 31 de dezembro de 2002;

	A Declaração de Aptidão ao PRONAF seja emitida com a observância da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e confirme a situação de agricultor familiar reassentado em função da construção de barragens e a observância das condições referidas nesta alínea;
GRUPO B	Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
	Residam na propriedade ou em local próximo;
	Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
	Obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
	Tenha o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;
	Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
GRUPO C	Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA
	Residam na propriedade ou em local próximo;
	Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
	Obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
	Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;
	Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento, e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

Fonte: Manual de Crédito Rural 2008; Plano Safra 2011-2012.

Dentre os beneficiários do PRONAF, ainda há os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores, os aquicultores, os quilombolas e os povos indígenas, porém esses apadrinhados não devem ter tido rendimento superior a R\$ 110.000 (cento e dez mil reais) no ano que antecede o pedido da DAP. As condições de créditos (juros, bônus e prazos) são alteradas pelas resoluções do Banco Central do Brasil para cada safra. Outras determinações podem vir da presidência, conforme as condições climáticas se apresentarem, na tentativa de diminuir os impactos causados no público que amargou ao longo dos anos a ineficácia das ações públicas para o setor.

Outrora, a inexistência do conceito de agricultor familiar impedia o acesso dessa classe de trabalhadores agrícolas ao crédito rural. Eles deveriam seguir os mesmos ritos que os latifundiários seguiam para conseguir um financiamento Aquino (2011). Os procedimentos exigidos para o acesso ao crédito rural desestimulavam o camponês, pois este não dispunha da papelada necessária para obtenção do financiamento. Isso ocorreu a partir de meados de 1960, quando a atenção produtiva era totalmente voltada para a agricultura patronal e exportadora (GONÇALVES NETO, 1997). Contudo, o movimento sindical pleiteava uma política nacional que atendesse ao pequeno produtor rural em sua falta de competitividade, agrava com a abertura comercial pelo presidente Collor, como afirma Aquino (2011). Nesse mesmo período, por volta de 1990 surgia o conceito de agricultor familiar. Quatro anos depois, os estudos realizados pelo INCRA e pela FAO ratificaram o conceito de agricultor familiar. Mas foram decorridos seis anos após o entendimento dessa nomenclatura, para que o PRONAF fosse tornado uma política pública pelo governo federal.

O PRONAF é tido como uma política de subsídio ao agricultor, dispondo de linhas de créditos e financiamentos a juros bem abaixo dos praticados pelo mercado financeiro. Com as linhas de crédito do PRONAF é possível financiar o custeio da produção e investimentos para melhorias estruturais na propriedade. O favorecimento à comercialização, a produção, a instalação de agroindústrias e o beneficiamento da colheita, assim como máquinas, implementos agrícolas, projetos técnicos e marketing, também podem ser financiados pelo programa (MDA, 2012), que por se tratar de uma arma fortíssima para a qualificação e fortalecimento da agricultura familiar, investiu altas somas de recursos financeiros na agricultura camponesa ao longo de sua criação. A figura 3 mostra a evolução financeira do PRONAF nos últimos anos:

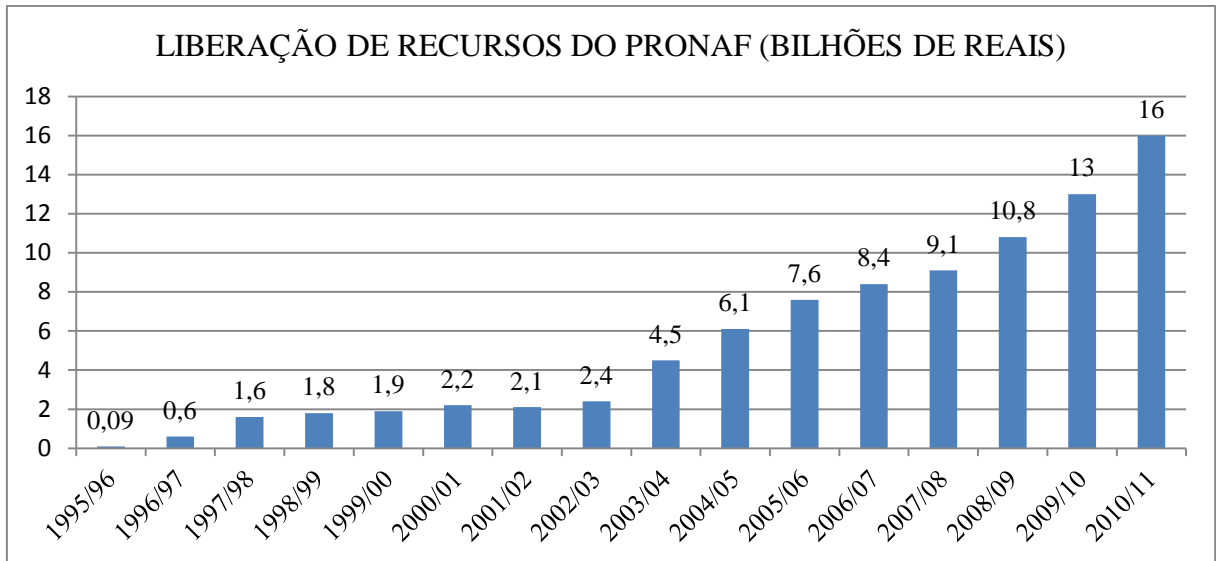


Figura 3 – Liberação de recursos do PRONAF (Bilhões de reais)

Fonte: Brasil/MDA: Um Novo Brasil Rural – 2003/2010.

Ao analisarmos a figura 3 percebe-se uma crescente demanda de investimento na agricultura familiar por meio do PRONAF. Principalmente durante o governo Lula, quando o setor passou a contar do o DATER, a SAF e o MDA. Esses organismos concentram esforços para dinamizar a produção e melhorar a produtividade agropecuária do setor. No período destacado, no gráfico, o número de contratos de créditos passou de R\$ 890 mil para R\$ 2 milhões por safra, enquanto o financiamento pulou de R\$ 2,4 mil para R\$ 7,48 mil por família (MDA, 2012). A extensão desse crédito para os agricultores familiares nordestinos, que antes não dispunham dessa linha de financiamento para a produção, foi essencial para o crescimento. Pois, como já citado, essa linha de crédito era privilégio do eixo Centro/Sul do País (GONÇALVES NETO, 1997). Região que sempre dispunha dos maiores benefícios e subsídios do governo, e que tentam de toda ordem travar a reforma agrária para consecução dos assentamentos rurais que cooperam veemente para o incremento de produtos alimentícios nas mesas dos brasileiros.

O crescente investimento no agricultor familiar ratifica o que é apontado pela maioria dos pesquisadores do assunto, inclusive o IPEA e o IBGE, que apontam essa categoria de trabalhadores rurais como os principais agentes fornecedores de matéria-prima para consumo humano no País. A produção anual desse público chega a representar mais 10% do Produto Interno Bruto do Brasil – PIB (IBGE, 2012). A maioria das propriedades rurais do agricultor familiar não mede dez há, porém ocupa mais de 84% dos estabelecimentos rurais, cultivam um quarto da área cultivável e emprega três terços da mão-de-obra da agricultura (IPEA

2012).

Considerando todo o agronegócio brasileiro a agricultura familiar fica com uma parcela do PIB, representada por quase um terço da produção, ou seja, são 32% do PIB do agronegócio dentro do setor agrário dirigido pela família. Então, evidencia-se aí, uma dicotomia muito forte entre os dois setores agrários do Brasil. Um com muita terra e pouco retorno social, pois a agricultura patronal ocupa vastas extensões de terras, tem um PIB duas vezes superior a agricultura familiar e, no entanto só emprega 25% do pessoal empregado no agronegócio. O gráfico 3 representa a quantidade relativa de a produção alimentar do grupo de trabalhadores rurais inseridos no âmbito da agricultura de base familiar: contudo, a ausência dos assentados nos programas de comercialização do Governo Federal é evidente, o que prejudica o rendimento dos dividendos da agropecuária da comunidade pesquisada.

A figura 4 mostra que a inserção dos assentados da reforma agrária e outros públicos agrícolas em programas como o Programa Nacional da Alimentação Escolar para o qual o poder público local está obrigado pela lei 11.947/2009, a aplicar pelo menos 30% dos recursos, em compra da agricultura familiar. Com a prioridade para os assentados da reforma agrária, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que oferece preços justos para produtos dos pronafianos. E, o Compra Direta, que segue a mesma linha dos programas anteriores. Poderiam alavancar os rendimentos desse público, gerando empregos e lhes proporcionando uma melhoria significativa de qualidade de vida. Ademais, 90% dos entrevistados responderam ter conhecimento das políticas de comercialização. Em 2010 registrou-se a presença das famílias assentadas abrindo mão da comenda. O resultado é prejuízo certo para os agricultores, que poderiam agregar mais valor a seus produtos, já que a agricultura familiar representa pouco mais de 80% do que é consumido no Brasil, (FIGURA 4).

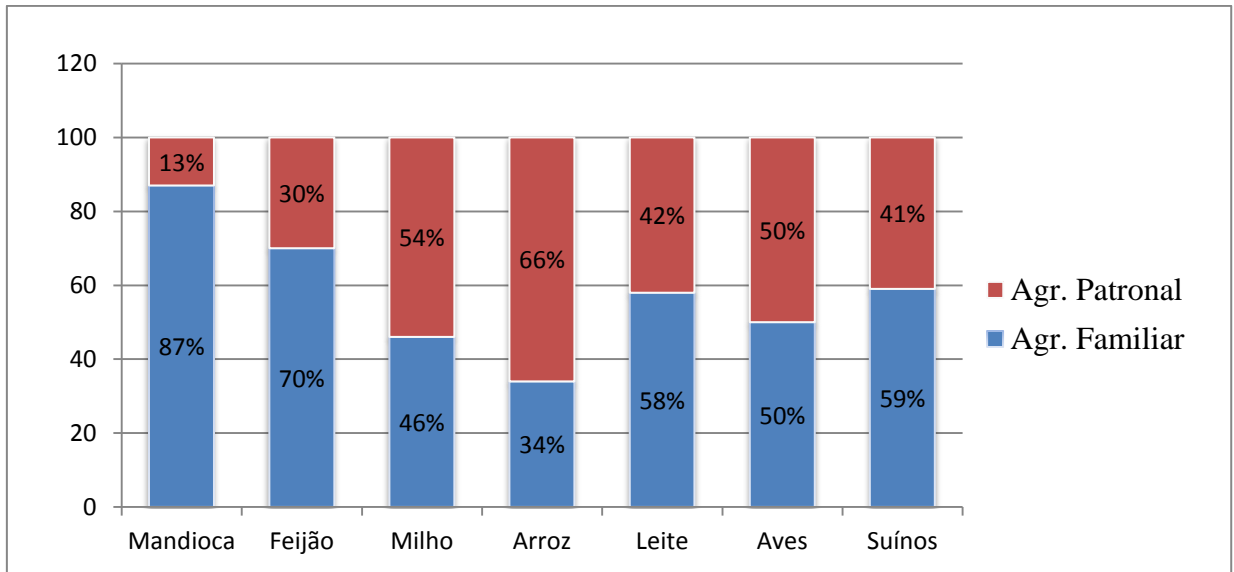


Figura 4 – Produção agrícola por classe produtiva Brasil – 2006 (%)

Fonte: IBGE, 2006; MDA 2003/2010 (Adaptado).

A figura 4 retrata a importância da agricultura familiar para o Brasil. Piraux e Bonnal (2009) *apud* Bonnal; Ademir e Maluf (2009) apontam a transferência de renda e o fortalecimento da agricultura familiar como os fatores mais importantes para a redução da pobreza no campo. Portanto, levamos ao conhecimento do leitor que a intensificação desse crescimento se deu a partir da liberação de linhas crédito e a inclusão da agricultura familiar na agenda do Estado, sobretudo, com a instituição da PNATER, com seus princípios e objetivos ambiciosos para a melhoria da vida do homem do campo.

Com uma visão metodológica voltada para o desenvolvimento sustentável do meio rural, a PNATER foi elaborada nos moldes da participação efetiva dos agricultores e entidades voltadas para a agricultura familiar. Essa forma de atenção dada ao público alvo da política foi um marco para o MDA, que ficou competente para desenvolver as atividades de Ater, fortalecendo a participação das organizações rurais para viabilizar e incrementar os anseios dos trabalhadores rurais (CAPORAL, 2005). A elaboração da PNATER contou com uma equipe de técnicos da SAF e mais de cem entidades da sociedade civil, além da participação de mais de quinhentos agricultores (MDA, 2004).

A presença de agricultores do Assentamento Amarelinha de Cima em debates sobre a atualização da PNATER corrobora com os indicativos do MDA. Durante o ano de 2011, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Amarelinha de Cima, representada por seu presidente, esteve presente nas discussões do projeto de reconstrução das políticas para a agricultura familiar. Entretanto, a PNATER ainda é uma política em construção, que

está sendo efetivada aos poucos. Quando ela atingir todos os objetivos a que se propõe, certamente teremos uma agricultura bem melhorada. Com a extensão rural focada em modelos de desenvolvimento sustentável, enfocando metodologias participativas, dialéticas, humanistas, construtivistas e multidisciplinares. Objetivando a melhoria da qualidade devida das pessoas, reduzindo a pobreza rural, favorecendo a emancipação social e política e garantindo a segurança alimentar (PNATER, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos pela política em discussão, é preciso rever a formação sócio-cultural dos profissionais da extensão, haja vista muitos centros de formação de mão-de-obra para a agricultura ainda se encontrarem em sistemas metodológicos tradicionais, atrelados ao período conhecido como revolução verde, momento em que os técnicos eram meros repassadores de conhecimento, não considerando as experiências do agricultor (CAPORAL, 1991). Certamente o autor foi gentil em considerar informação como conhecimento, mas segundo relatos dos agricultores mais idosos do assentamento em estudo, o que era feito mesmo pela assistência técnica da época eram repasses de informações que o trabalhador teria de absorver e guardar para possíveis ocorrências na lavoura. Esse tipo de difusão de práticas deverá diminuir ao longo dos anos no Brasil, caso o Programa Nacional de Educação Rural – PRONERA consiga levar o maior número possível de agricultores para as salas das universidades.

O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA foi criado através da pressão dos agricultores e suas representatividades para atender ao público rural, principalmente aos assentados do PNRA de 1985. Ele foi instituído em 1986, porém só vigorou um ano mais tarde sob a égide do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES (BRUNO E DIAS, 2004). No entanto, Bergamasco (1996) aponta essa instituição como uma das que não acreditam na reforma agrária brasileira. Em suas pesquisas, o BNDES não considera os ganhos sociais e políticos dos assentados, assim como não leva em conto o autoconsumo das famílias. Por isso aponta que os assentamentos são fracassos por não ter melhorado a vida dos agricultores assentados. Mesmo assim foi ele quem administrou o PROCERA. O resultado dos investimentos foi ínfimo considerando as reivindicações dos agricultores (BRUNO E DIAS, 2004). Todavia, Bergamasco (1996) citando dados da FAO aponta que quase 80% dos assentados que receberam os créditos do programa melhoraram suas condições de vida no campo.

Mais recentemente foi editado que 30% dos recursos do PNAE deveria ser gasto com a agricultura familiar da localidade. Esse programa privilegia os assentados da reforma

agrária, por lhes dar prioridade para o fornecimento dos produtos agropecuários, através da Lei nº 11. 947/09. Esta lei foi apresentada à comunidade pelos técnicos da EMATER-PB, como consta na ata da ATRAAC, porém não houve interesse maciço por esse meio de comercialização a preços mais justos, garantidos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF e pelo PAA da CONAB. Nota-se que os únicos agricultores que se dispuseram a participar do grupo de venda foram os que mais participaram de atividades de extensão rural. Isso mostra a importância de inserir os assentados, em sua totalidade, dentro destas atividades para que todos possam auferir dos benefícios das políticas públicas para o agricultor, principalmente as que priorizam os assentamentos rurais, com mostra o quadro 2..

Quadro 2 - Principais Programas e Políticas Públicas para Assentamentos Rurais

PAA	O Programa de Aquisição de Alimentos consiste na venda direta do produtor para a CONAB, através de suas associações ou individual, cujos preços de venda são regulados pelo PGPAF. Porém os valores poderão ser acrescidos de 30% quando os produtos forem agroecológicos.
PBF	O Programa Bolsa Família visa melhorar a renda das pessoas e proporcionar oportunidade de mudar de vida através dos cursos oferecidos e as linhas especiais de créditos para a construção do empreendedorismo.
PNAE (Lei nº 11 947/09)	Obriga os gestores de recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar destinar pelo menos 30% desses recursos para a compra direta ao agricultor familiar.
PNATER	Determina a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, na qual são inseridos outros grupos de produtores, inclusive, mulheres, jovens, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais. É voltada para as metodologias participativas e construtivistas, visando fomentar a segurança alimentar e nutricional, a produção com transição agroecológica, combate a pobreza rural e o acesso à comercialização.
PNRA	O Programa que foi criado para dar execução ao Estatuto da Terra, no que tange à redistribuição de terras, trás em seu texto, as diretrizes para a reforma agrária desenvolvidas pelo INCRA. A reforma deve está integrada a uma ação desenvolvimentista nacional, e, garantir a geração de trabalho e a produção de alimentos.
PROCERA	Criado para fomentar o crédito dentro dos assentamentos rurais, inicialmente dirigido pelo BNDS.
PRONERA	Objetiva aumentar o nível de escolarização dos assentados da reforma agrária, buscando a melhoria educacional da alfabetização ao ensino superior
PRONAF	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem o objetivo de implementar o crédito para os produtores familiares com vistas ao aumento da produtividade, a organização social, à comercialização e as melhorias da infraestrutura agrícola.

Fonte: MDA, 2012; INCRA, 2012; Bergamasco, 1996. (Adaptado)

4.1 Descrição da área em estudo

Wanderley (2004) relata que nas décadas de 1980 e 1990, os conflitos e lutas pela terra Brasil a fora eram constantes. Porém, o Assentamento Amarelinha de Cima no município de Pilõezinhos-PB foi criado de forma pacífica através da negociação entre o proprietário da Fazenda Amarelinha de Cima, o Banco do Brasil e o INCRA, no final da década de 1990. As investidas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilõezinhos, no sentido de repartir a propriedade do senhor Raimundo Paulino entre os antigos moradores da fazenda deram resultados positivos. E, em 1998 o INCRA pagou a terra, que estava hipotecada ao Banco do Brasil e procedeu a desapropriação do imóvel, tendo início a implantação do assentamento, imediatamente às negociações. O valor investido para a criação do assentamento, não alcançou R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais). E de forma bastante pacífica, parte dos lotes de terras, oriundos dessa desapropriação, foram distribuídos para os antigos moradores da fazenda, e outra parte para trabalhadores rurais do município, já que a propriedade comportaria número superior aos que já residiam na área.

O assentamento possui uma área total de 187 (cento e oitenta e sete) hectares de terra, sendo 149 (cento e quarenta e nove) hectares de área agricultáveis e 38 (trinta e oito) hectares de área de preservação permanente, conforme a legislação do País. A área total do assentamento foi dividida entre as dezessete famílias assentadas, resultando em uma área de onze hectares por família. Todavia, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF não financia área inferior a um módulo rural por família, o que no município equivale a 35 hectares. Por se tratar de área negociada pelo INCRA, certamente foi negociada pelo PNRA, que levou em conta as condições de produção da terra, já que a mesma dispunha de água o ano todo, mesmo que haja estiagem prolongada. Mas, devido à prática de má conservação das águas, o rio está bastante assoreado e com seus cílios em vias de acabarem-se.

O principal recurso hídrico é justamente o rio Amarelinho, que possui água de boa qualidade, podendo ser usada para consumo humano e para o consumo animal. Também poderia ser usado para irrigação, mas precisaria passar por um reflorestamento de suas matas ciliares e dragagem para limpeza do leito. Há também um poço tubular que corresponde à parcela d' água que os produtores utilizam para o consumo diariamente. O abastecimento é feito a partir de uma caixa d'água – FIGURA 5 - instalada na agrovila, a qual é abastecida com a água do poço e encanada para as residências dos assentados, estes são responsáveis por aplicar o cloro nas proporções recomendadas pelo agente de saúde da área.



Figura 5 - Caixa que abastece o assentamento com água

Fonte: Foto do autor, maio de 2012.

Com o abastecimento de água regular e solos favoráveis a agricultura, com a predominância de solos Podzólicos Vermelho Amarelo Eutrófico, solos Gley Distróficos, solos orgânicos indiscriminados os produtores dispunha de fatores positivos para incrementar ainda mais o sistema produtivo. Entretanto, a ocorrência de práticas de cultivo fora dos padrões adequados como o uso de queimadas e o monocultivo fez com que a produtividade, principalmente das culturas temporárias, não atinja os níveis satisfatórios dos produtores. No ano de 2011, a produção de grãos (milho, feijão, fava e guandu) dentro do assentamento foi de 5.086 quilos, conforme pesquisa de campo. Ao dividirmos esse número pelo número de famílias produtoras, vemos que representa uma produção per capita de pouco menos de trezentos quilos, os quais a família separa parte para o consumo dos animais e a outra parte para o próprio alimento. Nota-se a necessidade da aplicação de políticas ambientais dentro do assentamento. Sejam com a efetivação de capacitações, incentivos financeiros para replantio de áreas degradadas, treinamento e liberação de créditos para recuperação de áreas degradadas. O que não está previsto no enquadramento do assentado para acesso ao PRONAF.

O clima da região onde se localiza a área em estudo é do tipo quente e úmido, com chuvas de outono a inverno, registrando índices pluviométricos de 1200 a 1300 mililitros anuais, o que mantém uma média térmica de 25 °C. Considerando um ano normal de chuva. Essa temperatura favorece a existência de uma flora bastante diversificada nas encostas reservadas pelo INCRA. São florestas subperenifolias (Brasil, 1972), com a existência de

sucupira, jatobá, amorosa, unha de gato, macaíba e jangada, além de outros arbustos. Dentro dessas áreas cobertas há animais silvestres, especialmente os roedores como: preás, rato do mato, timbus e guaxinim. Ainda é encontrado o tejuacu, o camaleão, a rolinha, o bem-te-vi, as cobras entre outros. Por localizar-se na faixa compreendida à frente do Planalto da Borborema, observamos o domínio de relevo ondulado e montanhoso, com elevações acima de 600 metros que contrastam com as depressões de 200 metros. Todo o baixio da localidade era basicamente coberta por cana-de-açúcar, enquanto a maioria dos atuais assentados labutava para o proprietário, percebendo salários irrisórios.

4.1.1 Perfil das famílias assentadas

Atualmente a população do assentamento é formada por sessenta e nove habitantes distribuídos entre as faixas-etárias representadas na tabela 2.

Tabela 2 – Faixa etária da população do assentamento Amarelinha de Cima

FAIXA ETÁRIA								
Idade	0 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	61 - 70	71 - 80
Nº de pessoas	11	11	12	11	10	06	06	02

Fonte: Dados da pesquisa do autor, 2012.

Os dados mostram uma redução populacional em 25% quando relacionados com os dados do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, elaborado em 1998, o qual apresentou população de 92 pessoas. Em relação à pesquisa de Tacconi e França (2010), a perda foi de aproximadamente 9%, já que à época a população do assentamento era de 76 habitantes. Esse resultado corrobora com o censo demográfico 2010, que apontou uma redução no número de habitantes do município de 5.459 em 2006 para 5.155 pessoas em 2010. Uma redução de 6% por cento no período de apenas quatro anos. Entretanto, a subtração populacional ocorrida dentro do assentamento, se deu por causa dos óbitos dos mais idosos, casamentos com pessoas alheias aos lotes e migração de jovens para outros centros.

Já a proporção entre homens e mulheres se manteve praticamente inalterada, como mostra a figura 6.

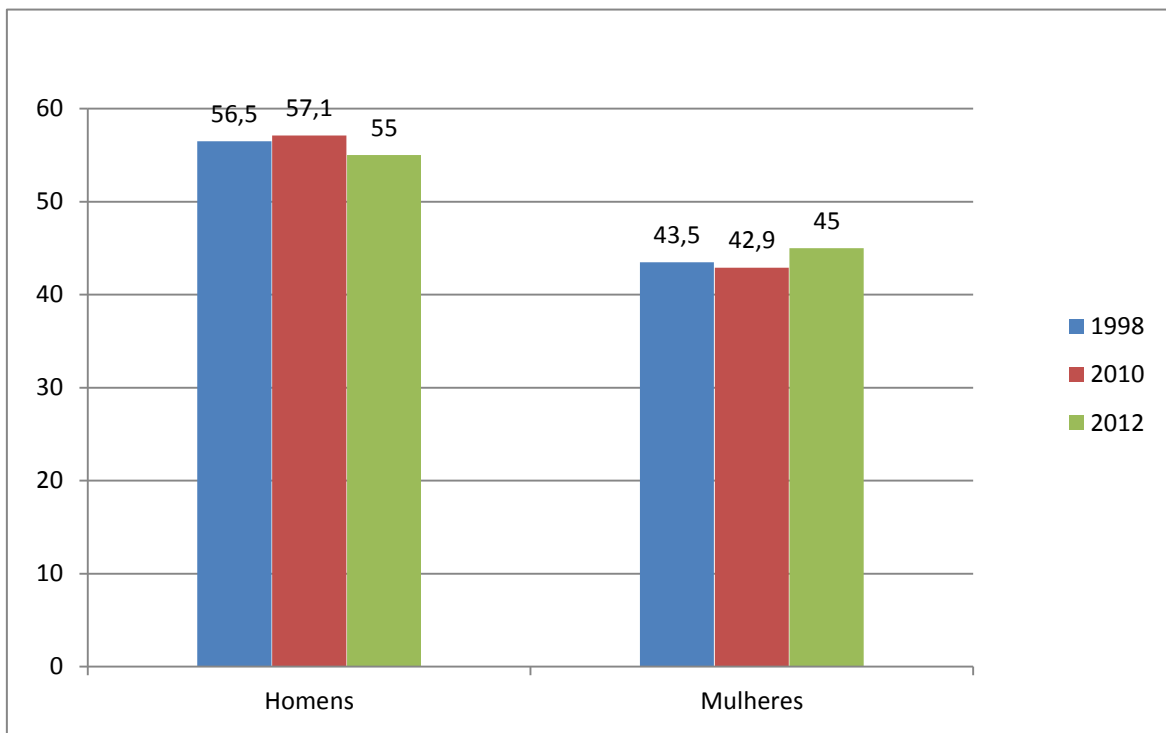


Figura 6 - População por Sexo (%)

Fonte: PDA/1998; Dados da Pesquisa do autor/2010-2012.

O número de pessoas do sexo masculino vai ao encontro do público estudante do assentamento, pois dos 32 que freqüentam escola, 62,5% deles, são homens. Enquanto 37,5% são do sexo feminino. Mas ainda é muito pouco, o número de pessoas que vão à escola, sendo que de um total de 69 habitantes, 53% não estão matriculados, ou seja, pouco menos da metade, 47%, participam da vida escolar do assentamento. Contudo, há moradores que já concluíram o ensino médio, assim como outros que passaram por universidades e não estão mais a fim de continuar estudando. A figura 7 delata o nível de escolaridade do público total do assentamento.

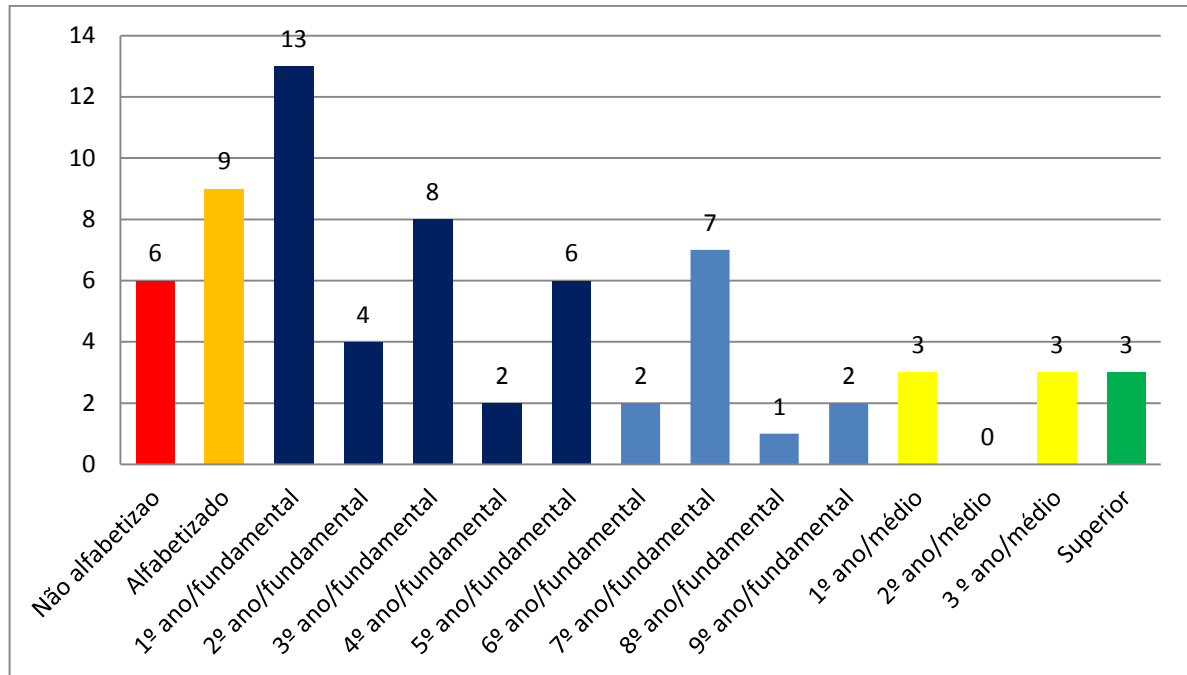


Figura 7 - Nível de escolaridade dos moradores do assentamento Amarelinha de Cima
Fonte: Dados da pesquisa do autor/2012.

Mesmo com a existência de escola a menos de 700 metros, que funciona à noite com aulas de 19h00min as 21h00min, durante quatro dias por semana, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. O público adulto que busca o ensino representa 9,6% do total de estudantes. Contudo, a pesquisa denuncia um ganho satisfatório no nível de escolaridade dos assentados, pois o Sindicato dos Trabalhadores Rurais mostra que em 2008, as pessoas que não sabiam ler nem escrever eram 15 moradores, caindo para seis em 2012. Uma redução de analfabetos de 60%, conforme os dados. Isso mostra um avanço para o assentamento Amarelinha de Cima, pois Bergamasco (1997), citando o IBGE aponta uma média nacional de 39,4% de analfabetos. Os adultos até chegam a ir para a escola nos períodos de estiagem, mas abandonam a escola durante as chuvas. Uma sala de aula dentro da agrovila poderia levar a uma melhoria nos índices educacionais, pois facilitaria o acesso em todas as épocas do ano. A figura 8 mostra a organização das casas comunidade.



Figura 8 – Agrovila Amarelinha de Cima (2012).

Fonte: Foto do autor, maio de 2012.

A organização física do assentamento é em forma de agrovila com 17 casas construídas sob a coordenação do INCRA, quando da implantação do projeto. Todas as moradias apresentam boa estrutura, com área construída aproximada de cento e vinte metros quadrados. Cem por cento das residências possuem energia elétrica, banheiro dentro de casa, fossa séptica e água encanada. O acesso da sede municipal até o assentamento é realizado por uma estrada vicinal de barro batido, dificultando a vida dos moradores no período de chuvas. Um fator negativo para os assentados era a falta de pontos telefônicos na comunidade, prejudicando a comunicação, mas foi suprida pelo celular. Presente em todas as moradias. A condição de transporte mais utilizado pelas famílias assentadas está disposta na figura 9.

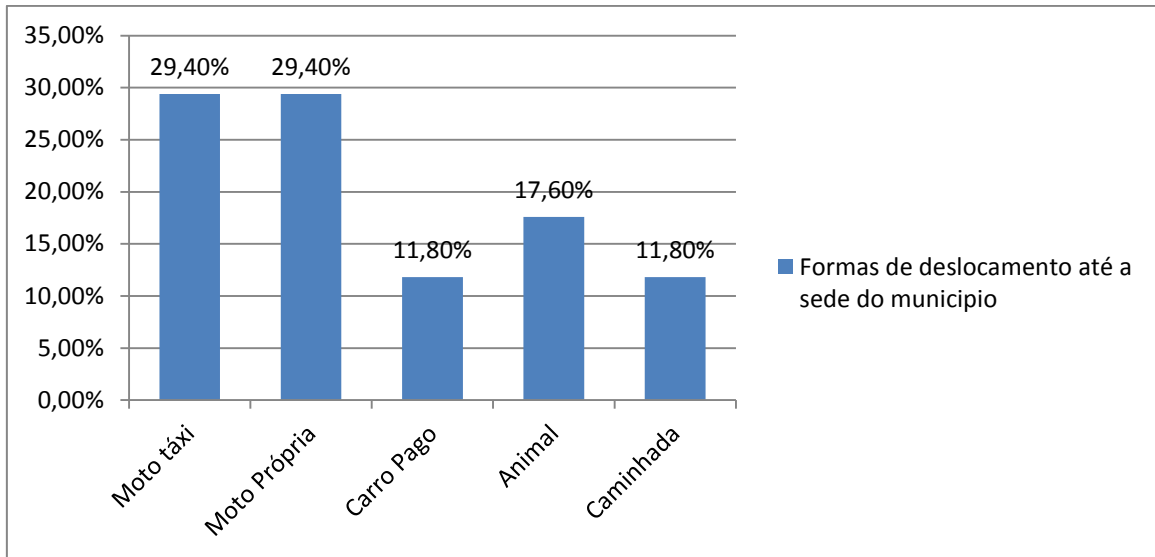


Figura 9 – Meio de transporte utilizado pelos assentados (%).

Fonte: Dados da pesquisa do autor/2012.

A análise mostra que das 17 famílias, 29,4% possuem motocicleta, enquanto 11,8% utilizam carro pago, o que se justifica pela idade desses entrevistados, que não os permitem andarem de moto táxi, transporte utilizado por 29,4% dos moradores. Os outros utilizam animais e a caminhada como forma de deslocamento até a sede do município. Ainda há o ônibus que transporta os estudantes, fazendo o trajeto da sede do município/assentamento duas vezes ao dia para o transporte dos alunos que cursam o ensino fundamental II. Todos foram unânimes em afirmar que a estrada está péssima ou ruim, o que dificulta o acesso nos períodos chuvosos, como já foi mencionado, inclusive, da equipe médica que atende em um posto de saúde localizado ao lado da escola de ensino fundamental I. Porém, falta espaço de diálogo para as famílias no assentamento, como um galpão ou sala para reuniões da ATRAAC, que se reúnem na casa de um dos moradores, essas reuniões possibilitaram a instalação da rede de abastecimento de água da localidade.

O enunciado mostra o nível de organização das famílias em resolver os problemas da comunidade. Mas, quase a totalidade não se lembra de ter participado do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, na mesma proporção declararam raramente reunir-se para reivindicar melhorias ou a resolução de problemas comuns. Por isso, a ATRAAC em parceria com outros órgãos, apoiados pela assistência técnica, tem desenvolvido atividades com o objetivo de promover o comportamento cooperativo e associativo entre os membros deste assentamento. São ações que integram reuniões, oficinas cursos de curta duração, palestras, excursões e treinamentos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos assentados. As

orientações são sempre de acordo com os princípios da PNATER, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade, com objetivo de garantir uma melhor produtividade e rentabilidade, conservando o patrimônio do agricultor, propiciando uma alimentação de melhor qualidade e não agredindo o meio ambiente. Mas nem sempre esse objetivo é alcançado, pois 82,3% das famílias utilizam produtos químicos inadequados para o controle de pragas, e apenas 11,7% usam produtos naturais em suas lavouras (FIGURA - 10).

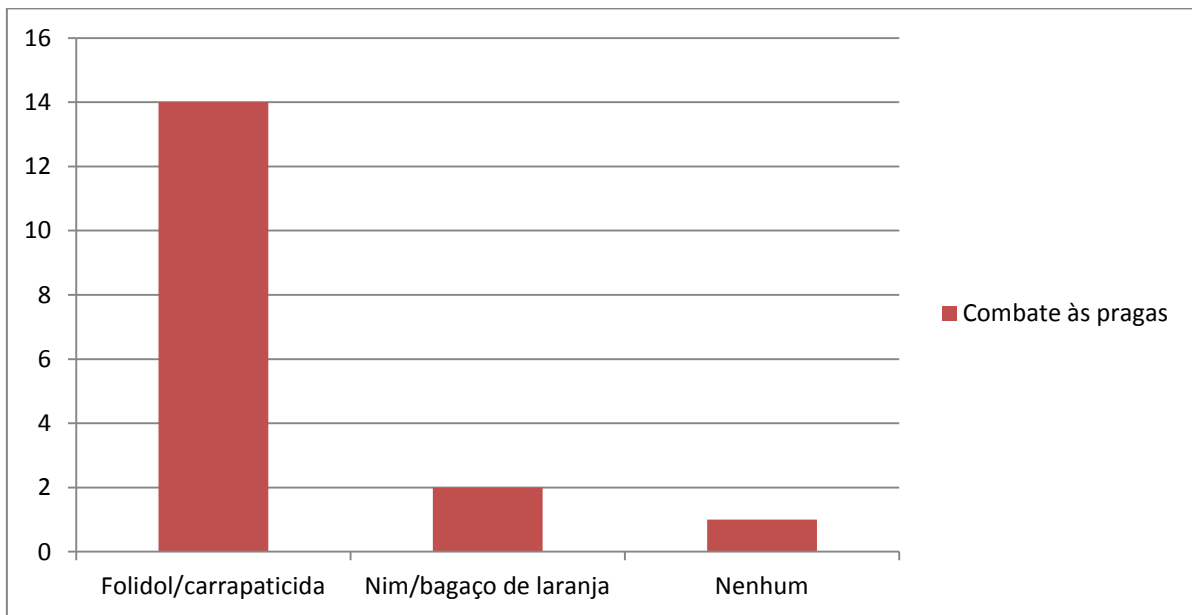


Figura 10 – Produtos utilizados no controle e combate a doenças e pragas.
Fonte: Dados da pesquisa do autor, 2012.

Ainda é muito forte a resistência em utilizar os produtos naturais como controle de pragas. A alegação é que os produtos químicos têm ação imediata, resolvendo o problema com poucas aplicações. Entretanto, todos têm consciência que a resolução do problema da peste não é definitiva, e, que a utilização de veneno contamina o solo, a água e provoca danos à saúde humana. Além da vegetação pulverizada sempre requerer mais e mais veneno, devido ao mau uso e conseqüentemente a resistência das pragas a esses defensivos. Já para a revitalização do solo, 76% dos assentados utilizam o esterco, em pouca quantidade, a cobertura morta e o reaproveitamento de materiais orgânicos, como os restos vegetais e parte do lixo produzido nas residências. É perceptível que as propriedades onde existem essas práticas, a produtividade de grãos foi significativamente superior às outras 24%, onde não utilizam da mesma modalidade de fertilizante. Santos (2008) afirma que o solo adubado com produtos orgânicos tornam-se tão férteis quanto a utilização correta da adubação. A produtividade poderá inclusive ser acrescida, haja vista os ganhos não virem somente da

rentabilidade das lavouras, mas de todo o sistema produtivo que propiciará um ambiente mais saudável e alimentos mais limpos.

Os rendimentos dos agricultores são oriundos da agropecuária, com o cultivo de culturas permanentes como a banana, o urucum, a castanha de caju e outros frutos existentes nos lotes. As culturas temporárias são representadas pelo feijão, o milho, a fava e as raízes com a macaxeira, a batata e o inhame, estas, com exceção da macaxeira e a batata, para o consumo interno da família e forragem para animais. A produção das principais culturas agrícolas está disposta no (FIGURA - 11).

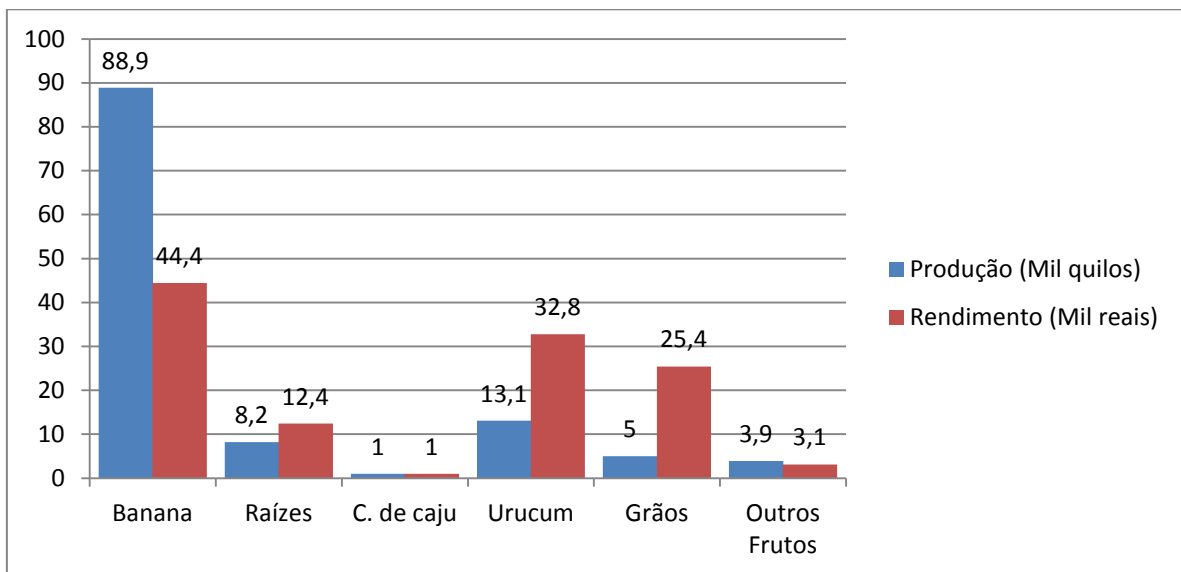


Figura 9 – Volume das culturas comercializadas em 2012.

Fonte: Dados da pesquisa do autor/2012.

As culturas da banana, do urucum e da macaxeira são responsáveis pela maior parte da renda agrícola das famílias, que somadas às demais culturas são responsáveis por 36% dos recursos financeiros que entram no assentamento. Há também as famílias que complementam suas receitas com os proventos de aposentadoria, os repasses dos programas sociais do governo federal e do governo municipal, as diárias e ou empregos e as rendas advindas de outros produtos como a prestação de serviços, artesanato, comércio e outras explorações (Figura - 12).

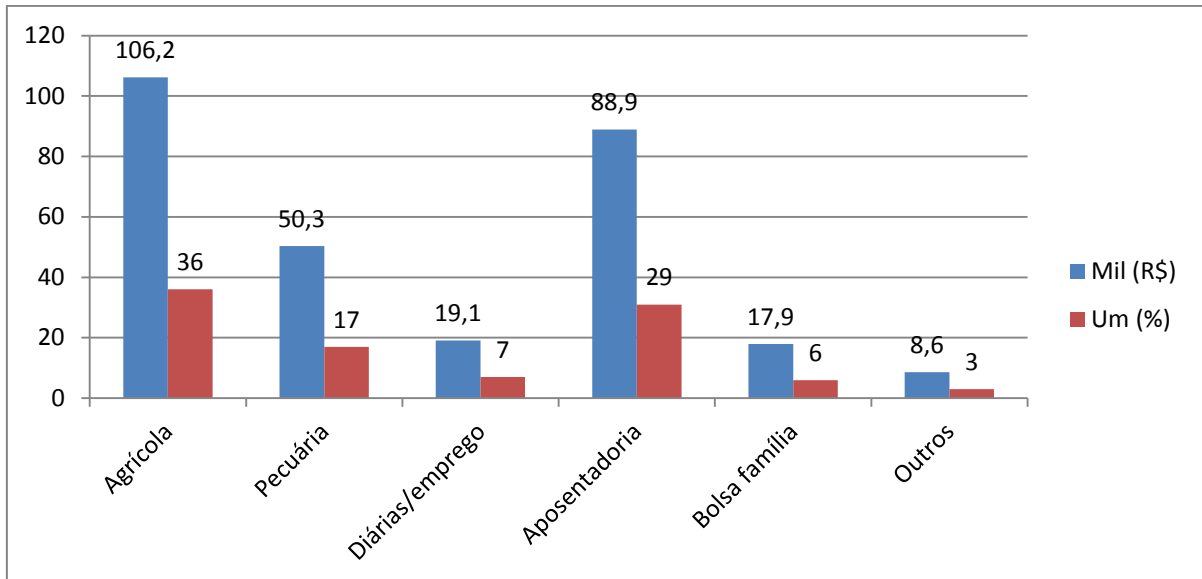


Figura 12 - Origem dos rendimentos no ano de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa do autor/2012.

Os dados ainda mostram que 53% da renda dos produtores vêm da agropecuária, mostrando que os rendimentos agrícolas seriam necessários para a manutenção da família, pois estas geralmente se constituem por quatro pessoas. A renda familiar seria de R\$ 767,00 (setecentos e sessenta e sete reais) por mês, o equivalente a 1,23 salários mínimos por família. E, ao somarmos, todos os rendimentos, como aposentadorias e benefícios sociais, a renda passaria para R\$ 1.426,00 (um mil quatrocentos e vinte e seis reais) mensais. Esses benefícios são percebidos por 53% e 82% respectivamente do total de famílias assentadas. No entanto, os comparativos com 2008-2009, delatam um aumento no rendimento médio das famílias de 77% em relação a 2008 e de 65% em comparação a 2009. Os números aparecem na seguinte ordem respectivamente: R\$ 3.876,27 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), R\$ 5.889,71 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos) e R\$ 17.135,00 (dezesete mil cento e trinta e cinco reais). É importante levar em consideração que as pesquisas anteriores a atual, não levaram em conta a produção para o autoconsumo das famílias.

O resultado sugere um aumento na renda e melhoria na qualidade de vida desses agricultores. Mas que a renda média das famílias ainda está aquém da média nordestina apontada pela FAO em 1991, quando está se encontrava em 2,33 salários mínimos contra 2,29 salários mínimos verificados atualmente. Essas divisas que seriam aumentadas, caso os produtos não fossem comercializados com atravessadores, ainda dentro do assentamento a

preços ínfimos, pois apenas um produtor está inserido na venda ao PNAE. Verifica-se, no entanto, que enquanto a banana é vendida ao atravessador a R\$ 0,30 (trinta Centavos) o quilo, em boa safra, a mesma mercadoria é vendida para o PAA a R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) o quilo, e para o PNAE ela atinge o valor de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos). O que representa uma perda de 76% para o produtor. Outro fator negativo para rentabilidade foram as pragas que atacaram os cajueiros em 2009, os quais ainda não se recuperaram, fazendo com que a produção da castanha vem caindo a cada ano.

Uma fonte de renda que ganhou destaque nesse trabalho foi a criação de animais, que contribuiu para o crescimento da renda das famílias. Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, o rebanho bovino do assentamento era de 31 animais em 2009, passando para 88 cabeças em 2012, o que representa 24% do total de animais criados (FIGURA - 13).

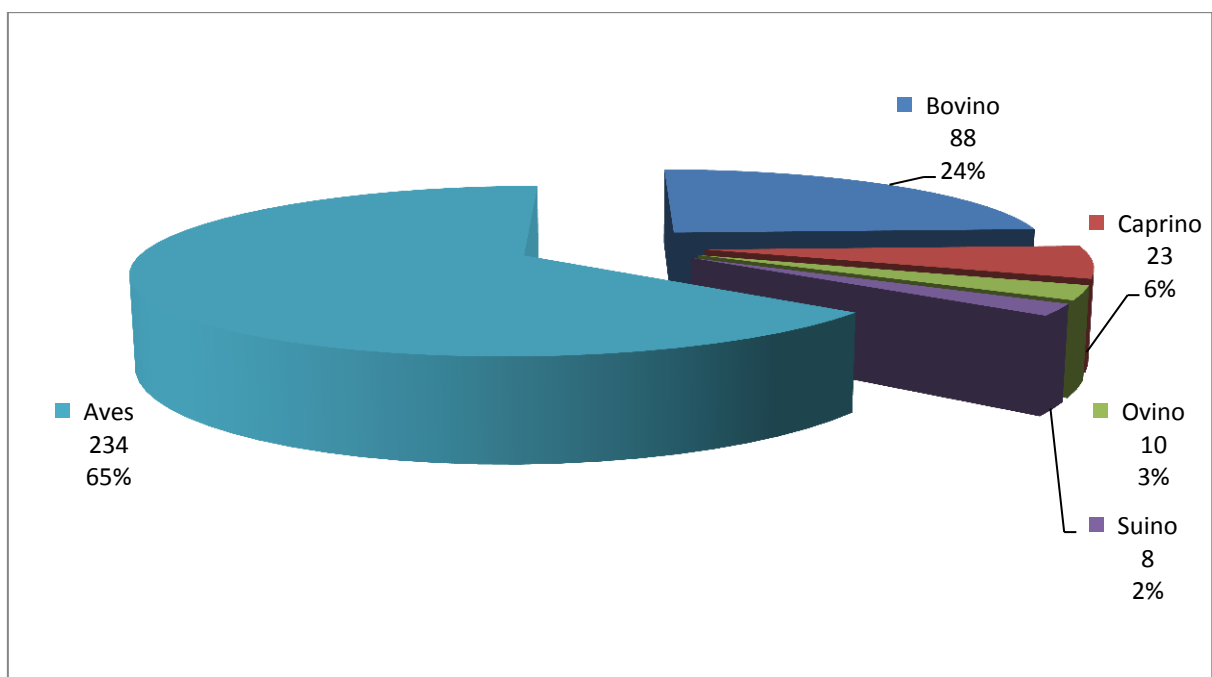


Figura 13 – Produção da pecuária 2011-2012.

Fonte: Dados da pesquisa do autor, 2012.

Porém, não foi constatado uso de tecnologias para a manutenção do rebanho, o que mostra certa independência dos criadores em relação à assistência técnica. Mesmo que a criação não dê os resultados esperados por eles. Os dados levantados foram o suficiente para constatar que o gado bovino é criado a pasto, ou seja, é solto no cercado com característica de criação extensiva. Entretanto, a equipe técnica orienta os produtores a não superlotar os espaços destinados à criação, como se apresenta na figura 14.



Figura 14 – Criação a pasto.

Fonte: Foto do autor, junho de 2012

Quando questionados sobre o tratamento dos animais, todos responderam vacinar o gado contra a febre aftosa nas campanhas semestrais do governo e combater as enfermidades e os parasitas com o uso de produtos químicos, diferindo dos princípios da Política Nacional de ATER, que visa à produção voltada para a agroecologia. Modalidade que foi perseguida severamente pela equipe técnica local, que em convênio com o INCRA, desenvolveu as atividades de ATES dentro do assentamento pesquisado, buscando a adesão a novas formas de cultivo, criação e comercialização dos produtos excedentes. Sempre com olhos voltados para a cooperação, a emancipação social e econômica e a sensibilidade ambiental.

4.1.2 Perfil das propriedades

As propriedades rurais destinadas à reorganização fundiária do País nem sempre têm atendido as necessidades dos agricultores, sobretudo no que diz respeito a terras férteis e produtivas. Outro ponto que merece discussão é o tamanho dos lotes oferecidos às famílias, neste caso, onze hectares por família assentada. Mesmo sendo considerada uma propriedade pequena para os padrões agrários do Brasil, que julga ideal um módulo rural por família. Os assentados de Amarelinha de Cima estão satisfeitos com as dimensões de suas terras e as consideram suficientes para promover o sustento de suas famílias.

Configurando-se como a verdadeira agricultura familiar, as terras são policultivadas, inclusive com o consórcio de culturas, o que dinamiza o processo de produção e disponibiliza alimento na mesa do produtor, pois no momento em que uma safra está saindo, a outra vem

chegando para garantir a segurança alimentar o ano todo. Uma das tecnologias empregadas na área é a cobertura morta, para a qual são utilizados os restos do urucum. Essa prática proporciona solos mais protegidos dos raios solares e conseqüentemente uma maior retenção de umidade nas raízes das plantas. As culturas em que são usadas essas matérias são as maiores responsáveis pela geração de renda do assentamento. Referimo-nos ao urucum e à banana, cujos rendimentos já foram apresentados no decorrer deste do texto. A figura 15 retrata as principais culturas do assentamento.



Figura 15 – Principais culturas do assentamento.

Fonte: Fotos do autor, maio de 2012.

As propriedades são cortadas pelo rio Amarelinho que se encontra com a vazão prejudicada devido ao alto nível de degradação ambiental, ocorrido ao longo das décadas do monocultivo da cana-de-açúcar. Todavia ainda é de muita importância para a vida das propriedades rurais. Ademais, já houve a intenção de reflorestar as matas ciliares, inclusive com o plantio de nim, caibeira, oliveira, pau-brasil, ipê, entre outras plantas nativas da região, porém a iniciativa não deu o resultado esperado. As áreas destinadas à reserva legal continuam inalteradas, com raríssimas exceções nas fronteiras de roças dos agricultores, que tendem a entrar no aceiro da mata.

É importante ressaltar que, combinando com o que preceitua Bauinain (2008), ao dizer que os latifundiários repassam glebas de terras nas encostas ou improdutivas para que os agricultores continuem situados próximos a eles e vendam suas mãos-de-obra baratas para a manutenção do status de fazendeiro, os lotes deste assentamento, por ter sido uma área de um fazendeiro, contrariando a lógica estrutural do processo fundiário brasileiro, possuem estrutura diversificadas. Ora, aparecem longas extensões de baixios, ora, aparecem áreas de médio a baixo grau de declividade, onde são cultivadas as culturas permanentes,

principalmente o urucum. Orientados pela assistência técnica para diminuir os impactos erosivos.

Já as partes mais planas são destinadas a criações e as culturas de curto ciclo de vida como o feijão, o milho, batata entre outras culturas que se adaptam ao tipo de solo existente no assentamento, que se misturam entre si, tais como: Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico, Gley Distróficos, Orgânicos indiscriminados, Aluviais Eutrófico e Litólicos Eutróficos (PDA, 1998). A forragem existente nas propriedades é suficiente para alimentar a quantidade de gado que há em todo o assentamento, devido ao alagadiço provocado pelo leito do rio nas áreas de baixio, o que faz com o capim permaneça com suas características nutricionais até em períodos de longa estiagem.

O acesso aos lotes é facilitado, nos períodos de estiagens, porque existe uma estrada vicinal que corta o assentamento, fazendo chegar automóvel em 95% das propriedades. Isso tanto facilita o escoamento da produção como o acesso do atravessador, que acaba prejudicando os rendimentos dos produtores.

4.1.3 Percepção dos assentados

De acordo com as respostas dos assentados, as políticas públicas, não estão os atingindo como deveria sê-lo. Há de se levar em conta o acesso à política de crédito do governo federal, sobretudo ao PRONAF. O programa prevê o investimento de forma adequada a cada situação dos agricultores familiares, com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares (MDA-2012). O agricultor assentado é enquadrado no GRUPO-A do programa, o qual deveria ser atendido com financiamento de investimento de até R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) divididos em três operações, a 0,5% de juros ao ano e bônus de adimplência de até 44% do valor da dívida, pagos em dia. O prazo para o reembolso é de até 10 anos, incluídos três anos de carência para que o assentado possa iniciar sua vida com beneficiada do PNRA.

Mas, o que na teoria parece fácil, não é bem assim que tem funcionado dentro de Amarelinha de Cima. Conforme as observações feitas e a percepção dos entrevistados, o acesso ao crédito ainda é muito burocratizado. Sua liberação está atrelada a um investimento que nem sempre é o que o agricultor deseja, ou seja, a liberação dos recursos é condicionada às indicações de investimentos dos técnicos do governo. Com a falsa, eles requerem o crédito, acreditando que pior seria se não o pegasse. O investimento é aplicado como fora planejado, mas o agricultor acaba mudando os rumos dos recursos. Apesar de esse fato ser utilizado

pelos bancos para não conceder mais financiamentos aos produtores, sob o argumento que houve desvio de utilização do crédito. Quase sempre são esses que conseguem saldar suas dívidas junto às instituições financeiras. Mas, os credores não levam em conta tal situação, e, sequer analisa o crescimento financeiro e nem a capacidade de pagamento do devedor.

Foram investidos no assentamento aproximadamente R\$ 118.599,00 (cento e dezoito mil quinhentos e noventa e nove reais) através do PRONAF-A para investimento, mas os assentados estão sem acesso às outras parcelas, ou seja, só acessaram a primeira das três parcelas a que tinham direito, quando da entrada no assentamento. Fato que impede a consecução da PNATER efetivamente. Todavia, a experiência dos produtores adquirida ao longo dos anos colabora com a implementação dos seus rendimentos a cada ano normal de colheita.

Um fato curioso é que mesmo sem assistência técnica suficiente, acesso a crédito efetivamente, o público pesquisado leva uma vida modesta e retira da terra o seu sustento e o de sua família. A figura 16 mostra a proporção de acesso ao crédito para investimento.

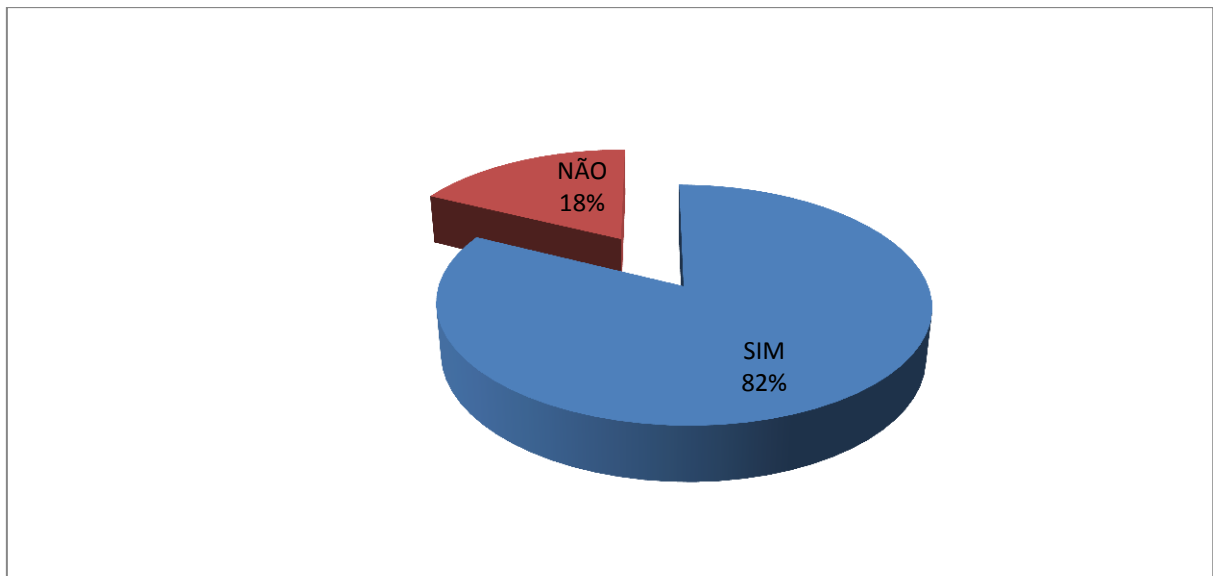


Figura 16 – Acesso ao PRONAF-A.

Fonte: Dados da pesquisa do autor, 2012.

Os motivos pelos quais todos os assentados não terem acessado a primeira parcela do crédito são a substituição de assentados e o medo em contrair dívidas. Para 92,8% dos entrevistados, a assistência técnica para a implantação do projeto de investimento foi insuficiente. Porém, 54% afirmam que os investimentos deram resultados positivos e 46% dizem que o resultado do projeto foi negativo. Outros números mostram que 84,6% usaram os

créditos de acordo com o projetado, mas 77% afirmaram que os recursos foram o suficiente para o investimento. Entretanto, todos afirmam que a burocracia e a falta de interesse do sistema impedem a aplicabilidade dos recursos financeiros previstos na política de crédito do governo federal. Isso corrobora com o Professor Mestre Nogueira (Informação oral, 2012) que afirma: “as políticas públicas surgem, não para resolver os problemas, e, sim para amenizá-los¹”. A insuficiência de crédito para o campesinato desde outrora, pode ser entendida conforme Sechi (2010), que aponta a insuficiência de atenção do poder público para uma categoria de atores sociais, gera uma conformidade desse público em relação à convivência com o problema enfrentado.

No levantamento da pesquisa foi questionado sobre as condições de vida dele e de sua família, vivendo como assentado da reforma agrária. Como resultado, todas as 17 (dezesete) famílias pesquisadas afirmaram que melhoraram substancialmente as condições de vida depois de se tornarem assentados da reforma agrária. Seu Lourivaldo Gomes de Farias relata que: *“mudou, e mudou muito. Agradeço demais a seu Ciço, que foi quem me butou aqui. Muita gente num acreditava que aqui ia ser construído casa. Depois foi às carretas com tijolo, teia, areia e a agente tome a fazer casa. Agora eu minha família vive bem. Quem tem coragem de trabalhar dá pra viver. Eu já fazendo um predim lá na cidade. já gastei 14 mil reais. Eu num vou misquer nunca o que seu ciço fez pela gente”*.

Seu Lourivaldo vive no assentamento desde sua fundação, com sua esposa e três filhos. Ele planta tudo em sua terra e reaproveita os materiais orgânicos para fortalecer o solo. Atualmente ele está iniciando uma criação de peixe, em um pequeno açude dentro de seu lote. Outras indagações mostraram que as famílias são constituídas basicamente pelo casal e pelos filhos, sendo pouca a presença de agregados. Nesse contexto, o PNRA apresenta-se como uma política de sucesso em Amarelinha de Cima no município de Pilõezinhos no estado da Paraíba devido às melhorias relatadas pelos agricultores.

As políticas de incentivo à comercialização como o PNAE, o PAA e o Compra Direta ainda não apresentaram resultados satisfatórios dentro do assentamento. Mesmo tendo prioridade sobre os outros grupos de produtores, quando do fornecimento para os programas de comercialização dos governos, eles não demonstram interesse pelas vendas. É certo que todos conhecem o PNAE e o PAA, mas a desconfiança no setor público e a facilidade com que o atravessador consegue comprar seus produtos os fazem pensar duas vezes antes de assumir compromisso de entregar produtos em datas marcadas. Encontram, também, na

sazonalidade da produção, mais um empecilho para a efetivação dessas políticas. Apenas um assentado é fornecedor para o PNAE, o qual se diz muito satisfeito.

A pior percepção para o incremento de políticas públicas para assentados é sobre o PROCERA. Não houve resposta positiva quando questionados sobre a contemplação e o conhecimento o programa. Isso mostra que as políticas existem apenas com o objetivo de satisfazer as inquietações dos grupos organizados, mas em sua maioria elas não vêm funcionando a em total plenitude. O quadro 3 relaciona as principais políticas públicas e os impactos causados por elas, quando desenvolvidas dentro do assentamentos em estudo.

Quadro 3 – Políticas Públicas e Seus Impactos no Assentamento

PNRA, PRONAF, PNAE, PNATER, PBF	
ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO	DEPOIS IMPLEMENTAÇÃO
<p>As famílias viviam como arrendatários e trabalhadores empregados do antigo dono.</p> <p>As moradias não eram eletrificadas nem abastecidas por água tratada, apenas três famílias eram atingidas por esse benefício.</p> <p>A infraestrutura as residências eram classificadas como precárias, com piso de terra batida e cimentado sem conservação.</p> <p>As crianças fora da escola somavam 37% do total, o que representava um número muito expressivo. O atendimento médico era feita nas proximidades do assentamento, apenas duas vezes por semana. A comunidade não demonstrava interesse pelo associativismo ou cooperativismo, e, 100% delas jamais tinham participado de alguma atividade de extensão rural ou cursos de capacitação para convivência no campo. Já os benefícios sociais do Governo, apenas duas famílias percebiam proventos de aposentadoria e nenhuma acessava outro programa social.</p>	<p>As famílias foram beneficiadas pelo PNRA, tendo acesso a terra e melhorando suas condições de moradias; todas as residências são eletrificadas, dispõem de água encanada e com tratamento adequado; possuem piso cimentado e área coberta de aproximadamente 100 m²; PNATER proporcionou aos assentados, acesso a cursos, oficinas, capacitações, intercâmbios e assistência técnica pelo menos duas vezes por semana, além demonstrações de métodos, despertaram o interesse pelas atividades em grupo, entre outras atividades e benefícios; com o PRONAF, as famílias melhoraram suas rendas e através o PNAE 5,88% acessaram a comercialização direta já com o PBF, As crianças frequentam a escola, E, 82% das famílias acessam o programa, complementando os rendimentos familiares e consequentemente assegurando uma melhor alimentação.</p>

Fonte: Dados contidos no PDA, 1998; Dados da pesquisa do autor, 2012.

O quadro mostra que houve melhoria significativa na vida dos assentados, apesar de algumas políticas não terem sido desenvolvidas como o esperado. Todavia é importante lembrar que a PNATER proporcionou o aumento da participação de jovens e mulheres nos encontros e nas atividades da comunidade. A política trouxe assistência técnica para os beneficiários, ainda que de forma precária, o que garantiu um aumento nos rendimentos, juntamente com as ações de créditos, através do PRONAF, utilizado por 82% das famílias, que passaram lucrar mais e ter mais cuidado com o meio ambiente.

Já o agricultor envolvido com o PNAE, está muito satisfeito com o programa, desejando continuar vendendo seus produtos para os órgãos do Governo. Ele, inclusive, está aumentando e diversificando a sua produção, o que vai gerar ainda mais renda para a família, que assim como os demais está incluído entre os 82% que complementam suas rendas com o Programa do Governo Federal Bolsa Família.

Percebem-se ao longo dos estudos que as políticas desenvolvidas foram todas implementadas pelo Governo Federal, o que delata a falta de compromisso dos Governos estadual e municipal com a reforma agrária. Quando tais Governos, por se encontrarem mais próximos do público beneficiário, poderiam ampliar as políticas advindas da esfera federal. Mas, não é isso o que acontece em Amarelinha de Cima, pois não há políticas públicas do Governo Municipal para tal público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desenvoltura das políticas públicas dentro do Assentamento Amarelinha de Cima não é diferente da avaliação feita sobre as políticas públicas para os outros setores da sociedade. Haja vista as repercussões negativas das políticas ambientais, saúde, educação, econômicas e de infraestrutura. O bom ou mau funcionamento dessas políticas na sociedade como um todo, reflete diretamente na vida de todos, inclusive dos assentados.

É sabido que houve elevação nos índices sociais e econômicos daquela minoria parte da população pilõezinhense. Mas a subida dos índices, nem sempre estão atrelados aos investimentos das políticas públicas de créditos para o setor, apesar de 82% das famílias terem acessado os créditos. As queixas sobre a dificuldade para acessar o crédito são muito frequentes pelos assentados que ainda não receberam a segunda parcela a que têm direito de acordo com Manual de Crédito Rural. A comunidade poderia ter sido contemplada com os investimentos do Governo Estadual através dos investimentos a fundo perdido para as comunidades rurais - o COOPERAR. Mas, tais recursos nunca chegaram o que reforça a negligência do Governo Estadual. Todavia, foram investidos R\$ 5.000,00 (cinco mil) por família para reformar as residências da agrovila, esses recursos foram repassados pelo governo federal através do INCRA e não requer reembolso.

As ferramentas utilizadas pela equipe técnica para assistência e extensão, estão em conformidade com os princípios da PNATER. Ela busca o entendimento e a participação do grupo para as tomadas de decisões inerentes ao bom andamento das atividades agropecuárias. Porém, a força do capital entranhada no subconsciente dos moradores os faz não acreditar nas atividades em grupo. Isso prejudica a aplicabilidade das políticas ambientais e de comercialização, enfraquecendo a cooperação entre eles e diminuindo os seus rendimentos, já que os atravessadores ficam com a maior parte dos lucros.

As vendas poderiam ser dinamizadas com a criação de cooperativa, inserção de práticas ambientais mais favoráveis em todos os lotes e estratégias de levar esses produtos a um público selecionado que estão dando preferência a produtos limpos e de origem socialmente justa. Dessa forma diminuiria a ação do atravessador dentro do sistema do processo produtivo e de comercialização dos produtos agropecuários dos assentados. Mesmo com os atropelos das políticas públicas não empregadas conforme o esperado pela sociedade, a pesquisa mostrou que o Assentamento Rural Amarelinha de Cima é uma experiência de sucesso dentro do PNRA. Os rendimentos médios dos produtores atingiram níveis elevados, o analfabetismo diminuiu significativamente, houve aumento na produção, o cuidado com o

meio ambiente aumentou e o acesso a água potável é feito através de tubulação até suas residências. Contudo, ainda é precário o atendimento a saúde, o acesso ao transporte público, a uma boa infraestrutura de pavimento, inexistindo políticas públicas desenvolvidas pelo governo municipal para aumentar a capacidade do homem do campo permanecer no campo.

A orientação da PNATER é a organização da sociedade rural para pleitear a melhoria da comunidade como um todo. Para isso é importante o engajamento de todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, além de ONG's e instituições civis e privadas. Mas não é isso o que ocorre dentro do assentamento, onde a célula estadual e a municipal são ausentes, no sentido de criar políticas para o setor. Essa falta de sintonia tem gerado desconforto e prejuízo para os assentados de amarelinha de cima. É necessário um alinhamento entre as políticas existentes nos três setores de governo, e, que o órgão públicos, principalmente os bancos flexibilizem o acesso ao crédito rural e, também participem da vida ativa da comunidade para sentir as reais condições dos moradores. A burocratização ainda é bastante presente para o acesso ao crédito, o que gera o problema da desconfiança dos agricultores nos técnicos que apresentam as políticas.

A melhoria da infraestrutura local traria para a comunidade mais alívio no sentido do deslocamento para a cidade, onde poderiam comercializar seus produtos. Pois, mesmo declarando conhecer as políticas de comercialização, os produtores se abstiveram de participar de tais programas durante os dois primeiros anos de execução dessas políticas. Contudo, os problemas apresentados por este estudo seriam amenizados com a efetiva educação rural, sobretudo, dentro dos assentamentos. E, uma reestruturação do sistema educacional para os técnicos que irão atuar em áreas de assentamentos, que na maioria dos casos não dispõem, ou não levam em conta os ensinamentos voltados para o compartilhamento dos conhecimentos entre assistidos e assistentes, melhorando a vida dos agricultores.

De forma geral, houve melhoria na qualidade de vida dos assentados de Amarelinha de Cima. O estudo mostrou que na percepção dos entrevistados, nem todas as políticas públicas foram implementadas de maneira satisfatória, como é o caso do PNATER. Entretanto, mesmo com as supostas falhas nessas políticas houve avanços socioeconômicos dentro da comunidade. Isso mostra que, a aplicação das políticas públicas no setor de maneira eficiente e efetiva, tende a gerar resultados ainda mais expressivos na elevação dos índices socioeconômicos do Assentamento Amarelinha de Cima.

REFERÊNCIAS

ADEMIR, A. Gazela; BONNAL, Felipe; MALUF, Renata S. (Orgs.) **AGRICULTURA FAMILIAR: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil** – Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

ALENCAR, Maria Tereza de. **Falta de Reforma Agrária Amplia Conflitos por Terra**. CESC – UEMA. 2010.

ALVES, Ferreira Dutra & FERREIRA, Enéas Rente. R. **Panorama metodológico na geografia rural: apontamentos para a história do pensamento geográfico**. 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.

ANDRADE, I. A. L. **PRONAF: Quando a Parceria Faz a Diferença**. Natal, 2000 (Prelo).

AQUINO, Joacir Rufino de. **Avanços e Limites da Política de Crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica**. UERN, ACU-RN-Br- Disponível em: <http://www.carceraria.org.br/fotos/fotos/admin/Sistema%20Penal/Seguranca_Publica/Violencia_Campo_Conflitos_Agrarios.pdf>. Acesso: 19 mai. 2012.

ARAÚJO, Roberto Alves de; ARAÚJO SIQUEIRA, Ana de. **Planejando o (dê)senvolvimento local: aspectos teóricos e práticos**. – Campina Grande: EDUEP, 2009. 244p.:il.

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **PNATER**. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/>>. Acesso: 12 jan. 2010.

Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Amarelinha de Cima - ATRAAC. (2012).

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia. **Programa Gente de Valor**. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/inst_programas.asp?id=6>. Acesso: 08 de fev. de 2011.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: 1999.

BAUINAIN Antonio Márcio et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **Dossiê Questão Agrária: A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados. Vol. 11, Nº 31. São Paulo-SP, Set/Dec, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0113-40141997000300003&script=sci_arttext>: Acesso: 30 mai. 2012.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos; 301)

BOISIER, Sergio, **Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 13, p. 111-147, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso: 20 mai. 2012.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95).

Brandão, Carlos. (org.) **Repensando a pesquisa participante** – São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, Distrito Federal. **Lei n 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n^{os} 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n^o 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n^o 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília-DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2012/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 20 de mai, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura; **I – Levantamento Exploratório. Reconhecimento de Solos do Estado da Paraíba. II – Interpretação para uso Agrícola dos Solos do Estado da Paraíba**. M.A./CONTAB/USAID/BRASIL. (Boletim DPFF.EPE-MA, 15 – Pedologia, 8). Rio de Janeiro. 1972. 683p.

BRUNO, Regina Angela Landim; DIAS, Marcelo Minar. **As Políticas Públicas de Crédito para os Assentamentos Rurais no Brasil**: Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro – 2004.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS; Maria Salett; **Políticas públicas e associativismo agrícola no nordeste do Brasil**. Revue UNIRCOOP, Universidade de Sherbrook. Canadá, 2008.

CANO, Wilson. **Perspectivas para a questão regional no Brasil. Ensaio**. Porto Alegre, v.15, n. 2, p. 312-320. 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1703/2010>>: Acesso: 01 mai 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à práticas dos extensionistas do serviço público**. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – RS.

_____. **Política nacional de ATER. primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília-DF, 2005.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1997: 70-82. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>>. Acesso: 11 mai. 2012.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** – Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006. 304p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antonio Chizzotti. 2. Ed. – Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.** 2011. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 05 de mar 2012.

CUNHA, Elton José da. **Políticas Públicas e Capital Social para o Desenvolvimento local da Pesca e da Aqüicultura na Vale do Piancó – PB** - Recife: UFRPE, 2009. 81 p. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

DAGNINO, E. (Org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

EASTON, David. **The political system: na inquiry into the state of Political Science.** Nova York : alfredo A. Knopf, 1953.

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. **Missão.** Disponível em : <<http://emater.no-ip.org/v2/index.php>>. Acesso: 09 mar. 2011.

EMATER-PB. Unidade Operativa de Pilõesinhos. **Relatórios de Ates 2006-2009.** Pilõesinhos-PB. 2012.

EUFRASIO, Marcelo Alves Pereira. In:_____ **Práticas de Políticas Públicas: uma perspectiva interdisciplinar.** Campina Grande: EDUEP, 2008. Cap. 1, p. 19-70.

FARIA, Caroline. **Reforma Agrária Brasileira.** 2010. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agraria-brasileira>>. Acesso: 10 jun. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Editora Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Editora Cortez Editora, 2001.

FERREIRA NETO, José Ambrósio et al. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Econômico: um estudo sobre o noroeste de Minas Gerais** In: CONGRESSO SOBRE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47º, 2009. Porto Alegre-RS, anais, p. 2. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/13/741.pdf>. Acesso em: 15 de jun, 2012.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FRANÇA, Vivaldo Luis de. **Assentamento Rural Amarelinha de Cima: o desempenho socioeconômico e ambiental**. 2010. 19 f. Artigo (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB.

FRANÇA, Vivaldo Luis de; TACCONI NETO, Ernesto Alexandre. **Assentamento Rural Amarelinha de Cima: o desempenho socioeconômico e ambiental**. V CONGRESSO NORTE NORDES DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. Anais. Maceió-AL, 2010.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. **Paz e Terra, Rio de Janeiro**, 1989.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos brasileiros; v. 54)

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais** / Mirian Goldenberg. – 11ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONÇALVES NETO, W. **O Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e transformação econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO, Xico. **Reforma agrária de qualidade**. Revista DBO Agrotecnologia, São Paulo, n. 35, p.18-19, ano 09, abr/mai. 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa de ATES**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal>>. Acesso: 20 de abr, 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **Vistoria e levantamento Preliminar de Dados e Informações de Imóvel rural Amarelinha**. 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/agropecuaria/censo1995/1996/calendario.shtm>>. Acesso em: 20 de abr, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo populacional 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.default.shtm>>. Acesso em: 22 de mar, 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012. **Dados econômicos Brasil**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 de abr, 2012.

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Retrato da Terra**. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/.../retrato_da_terra_9697.pdf>. Acesso: 17 de abr, 2012.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria do Planejamento do estado de Pernambuco – Seplan, 1998. 316p.

KLUTHCOUSKI, João. **Reforma agrária de qualidade**. Revista DBO Agrotecnologia, São Paulo, n. 35, p.24-27, ano 09, abril/maio 2012.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. SP: Martins Fontes, 1999. p. 155.)

LEVEBVRE, Henri. **A produção do espaço**: Brackwell, 1992. [Produção de I'space, 1974]

LIMA, Fabiano Silva; MELLO, Fabio da Silva. **Espaço Agrário e Pequena Produção no Brejo Paraibano: O Caso da Floricultura na comunidade Avarzeado**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

LOWI, T.J. **American business, public policy, case studies, and political theory**. *World politics*. V. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. **O terceiro setor como executor de políticas públicas: ong's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001)**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 24, p. 177-192. 2005.

MDA/SAF. Cartilha de Acesso ao Pronaf – 2011/2012: **saiba como obter crédito para a agricultura familiar**. Brasília, 2012.

MDA/SAF. **Manual de Crédito Rural MCR, 2008**. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programa//pronafa>>. Acesso em: 23 de mai, 2012.

MDA;INCRA;EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amarelinha de Cima**. Pilõesinhos-PB, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**;_____; João Pedro Stedile (org) - 2. ed. - São Paulo: Expressão popular, 2010. 200p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília-DF, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília-DF, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Brasília-DF, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa Nacional de Assistência**

Técnica e Extensão Rural – PRONATER / 2005. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/ater/seap/Pronater.doc>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 12 de fev, 2012.

NOGUEIRA, Alexandre Faria. (Informação verbal). I Fórum da Juventude de Cuitegi: inclusão e cidadania. Cuitegi-PB, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo. Revista Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez, 2003.

OLIVEIRA, Juliana Putério. **Limites e possibilidades na prática da pedagogia freireana pela extensão rural: o caso do Assentamento Fazenda Pirituba II, Itapeva-SP**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de Poder & Territórios Produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000. 200p.

PEIXOTO, Marcus. **O Planejamento do Desenvolvimento de Assentamentos Rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro**. 2002. Artigo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Ver. Univ. Rural, Ser. Ciênci. Humanas. Vol. 24(1-2): 159-172 jan./jun.2002).

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social? Visões opostas do apoio agricultura familiar**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande.

PRADO JÚNIOR, Caio, 1907 - 1990. **A questão agrária no Brasil**. Apresentação por José Eli da Veiga. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕEZINHOS – PARAIBA. **Secretaria de Agricultura de Pilõezinhos**. 2012.

SABOURIN, Eric. **Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária no meio rural/ Organizador**. Brasília: Universidade de Brasília; Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares; Núcleo de Estudos Avançados. V. 6. n. 23, 2006. 280p.

SANTOS, José Geraldo R. dos; R. dos SANTOS, Emmanuely Calina X. **Agricultura Orgânica: teoria e prática**. Campina Grande: EDUEP, 2008. 230 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontificia Universidad Javeriana. Seminário

Internacional de Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.carceraria.org.br/fotos/fotos/admin/Sistema_Penal/Seguranca_Publica/Violencia_Campo_Conflitos_Agrarios.pdf>. Acesso em: 14 de fev,2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia. **Programa Gente de Valor**. Disponível em: < http://www.car.ba.gov.br/inst_programas.asp?id=6 >. Acesso: 08 fev. de 2011.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Josinéia Batista; ABRANCHES JÚNIOR, Nilton; ARRUDA, Luciene Vieira de. In: _____; MARIANO NETO, Belarmino. (Orgs.) **Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental**. João Pessoa: Ideia, 2010. Cap. 1, Subcap. 1.1, p. 17-283.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PILÔEZINHOS-PB. 2012.

SOBREIRA FILHO, José. **Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010: Uma Leitura Geográfica e a Conjuntura Política da Luta pela Terra** – Artigo. Universidade Estadual Paulista.2011.Disponívelem:<<http://web.ua.es/es/revistageographosgietryal/documentos/articulos/sobreiro2011.pdf?noCache=1316261573948>>Acesso em: 01 ma. 2012.

SOUZA, Jessé. (2003). **A Gramática Social da Desigualdade Brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Rio de Janeiro, 2004, Vol. 19 Nº 54.

STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional** – 1500-1600; 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011, 304 p.)

SWERTS, Mário Sergio Oliveira et al. **Manual para elaboração de trabalhos científicos**. Alfenas:UNIFENAS,2010.Disponívelem:<<http://www.unifenas.br/pesquisa/manualmetodologia/normasdepublicacoes.pdf>>. Acesso em: 05 de jun 2012

TACCONI NETO, Ernesto Alexandre. **Fatores que afetam a competitividade das hortaliças orgânicas no estado do Rio Grande do Norte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da participação cidadã**. Caderno CRH, Salvador, n.26/27, p 179-209, jan/dez. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.): **Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.